

INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Muzambinho

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
SUBSEQUENTE**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

Reitor do IFSULDEMINAS

Marcelo Bregagnoli

Pró-Reitor de Administração

Honório José de Moraes Neto

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Luiz Ricardo de Moura Gissoni

Pró-Reitor de Ensino

Giovane José da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Cleber Ávila Barbosa

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Sindynara Ferreira

CONSELHO SUPERIOR

Presidente do Conselho Superior do IFSULDEMINAS

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, Francisco Vítor de Paula, João Olympio de Araújo Neto, João Paulo de Toledo Gomes, Luiz Flávio Reis Fernandes, Mariana Felicetti Rezende, Renato Aparecido de Souza, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Eduardo Antônio Modena

Representantes do Corpo Docente

Selma Gouvêa de Barros, Pedro Luiz Costa Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Beatriz Glória Campos Lago, Jane Piton Serra Sanches, Antônio Sérgio da Costa, Fernando Carlos Scheffer Machado

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Priscilla Lopes Ribeiro, Matheus Borges de Paiva, Marcelo Rodrigo de Castro, João Alex de Oliveira, Rafael Martins Neves, Arthemisa Freitas Guimarães Costa, Mayara Lybia da Silva, Mônica Ribeiro de Araújo

Representantes do Corpo Discente

Ana Paula Carvalho Batista, Maria Alice Alves Scalco, Renan Silvério Alves de Souza, Matheus José Silva de Sousa, Flávio Oliveira Santos, Oseias de Souza Silva, Felícia Erika Nascimento Costa

Representantes dos Egressos

César Augusto Neves, Keniara Aparecida Vilas Boas, Isa Paula Avelar Rezende, Rodrigo da Silva Urias

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno, Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira, Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Ivan Santos Pereira Neto
Mauro Fernando Rego de Mello Junior

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

DIRETORES DOS CAMPI

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre

Mariana Felicetti Rezende

Campus Avançado Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações

Francisco Vítor de Paula

COORDENADOR DO CURSO

Evane da Silva

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Docentes

Carlos Donizetti Reis
Erasmus Aparecido Piccolo
Eugênio José Gonçalves
Evane da Silva
Darlei Donizetti Machado
Iara de Oliveira
Kleber Moreira Martins
Laura Fátima Matias Carvalho
Leonardo dos Santos Maria

Pedagogas

Giovanna Maria Abrantes Carvas
Vânia Cristina Silva

Diretora de Desenvolvimento Educacional - DDE

Aracele Garcia de Oliveira Fassbinder

Diretor de Ensino - DEN

Marcos Roberto Cândido

Coordenação Geral de Ensino - CGE

Hugo Baldan Junior

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

Professor(a)	Titulação	Disciplina(s)
Carlos Donizetti Reis	Especialista	Contabilidade Básica Análise das Demonstrações Financeiras
Darlei Donizetti Machado	Graduado	Comportamento Organizacional e Ética Economia e Mercados Gestão de Pessoas Noções de Legislação Empresarial
Erasmus Aparecido Piccolo	Mestre	Gestão Estratégica de Custos Libras Gestão Orçamentária e Financeira
Eugênio José Gonçalves	Mestre	Empreendedorismo e Negócios
Evane da Silva	Doutor	Administração da Produção e Qualidade Administração Pública Marketing Empresarial Associativismo e Cooperativismo
Iara de Oliveira	Mestre	Informática Aplicada
Kleber Moreira Martins	Especialista	Matemática aplicada e Estatística Matemática Comercial e Financeira
Laura Fátima Matias Carvalho	Especialista	Português e Redação Técnica
Leonardo dos Santos Maria	Mestre	Teoria Geral da Administração Relações Comerciais e Agronegócios Logística Empresarial Gestão de Projetos Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	8
1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria	8
1.2. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	8
1.3. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho	8
2. DADOS GERAIS DO CURSO	9
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	9
3.1. Os <i>campi</i> formadores	12
3.1.1. Campus Inconfidentes	12
3.1.2. Campus Muzambinho	13
3.1.3. Campus Machado	13
3.2. Os novos <i>campi</i>	14
3.2.1. Campus Passos	14
3.2.2. Campus Poços de Caldas	15
3.2.3. Campus Pouso Alegre	15
3.3. Os <i>Campi</i> Avançados	16
3.3.1. Campus Avançado Três Corações	16
3.3.2. Campus Avançado Carmo de Minas	16
3.4. Reitoria	17
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS	17
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	20
6. JUSTIFICATIVA	23
7. OBJETIVOS DO CURSO	25
7.1. Objetivo Geral	25
7.2. Objetivos específicos	26
8. FORMAS DE ACESSO	26
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	27
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	28
10.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	30
10.1.1 Clube de Empreendedorismo	33
10.1.2 Representação gráfica do Perfil de Formação	34
10.2. Matriz Curricular	34
11. EMENTÁRIO	37
12. METODOLOGIA	60
12.1 Orientações sobre inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	62
13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	63

14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	66
14.1. Da Frequência	67
14.2. Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação	68
14.3. Do Conselho de Classe	72
14.4. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular	73
14.4.1. Terminalidade específica	73
14.4.2. Flexibilização Curricular	74
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	75
16. APOIO AO DISCENTE	76
16.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais	79
17. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	80
18. ATIVIDADES EM EAD	80
19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	82
20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	82
20.1. Funcionamento do Colegiado de Curso	82
20.1.1. Atuação do(a) Coordenador(a) no Colegiado do Curso	84
20.2. Corpo Docente	84
20.2.1. Corpo Administrativo	85
21. INFRAESTRUTURA	89
21.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos	89
21.2 Laboratórios	90
22. CERTIFICADOS	90
23. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO	91

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37553-465
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	<u>reitoria@ifsuldeminas.edu.br</u>

1.2. Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica– SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Ariosto Antunes Culau
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4º andar – Ed. sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	<u>setec@mec.gov.br</u>

1.3. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho

Nome do Local de Oferta Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho				CNPJ 10.648.539/0002-96
Nome do Dirigente Renato Aparecido de Souza				
Endereço do Instituto Estrada de Muzambinho, km 35, Cx. Postal 02			Bairro Morro Preto	
Cidade Muzambinho	UF MG	CEP 37890-000	DDD/Telefone (35) 3571-5051	E-mail <u>gabinete@muz.ifsuldeminas.edu.br</u>

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Curso Técnico em Administração Subsequente

Tipo/Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS Campus Muzambinho, Muzambinho, Minas Gerais

Ano de Implantação: 2014

Habilitação: Técnico em Administração

Turnos de Funcionamento: Noturno

Número de Vagas Oferecidas: 40

Forma de ingresso: Processo Seletivo

Requisitos de Acesso: Ensino Médio completo

Duração do Curso: 1 ano e 6 meses (três períodos)

Periodicidade de oferta: Semestral

Estágio Supervisionado: 150 horas

Carga Horária total: 1.150 horas

Ato Autorizativo: Resolução nº 95/2014, de 27 de novembro de 2014.

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

De acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional IFSULDEMINAS 2019-2023, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 110/2018 de 20/12/2018, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (Quadro 01), criado em 29 de dezembro de 2008, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo objetivo era impulsionar o ensino profissionalizante no país. Essa Rede é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Quadro 01 – Identificação do IFSULDEMINAS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais			
Denominação Abreviada: IFSULDEMINAS			
Código SIORG: 100915		Código LOA: 26412	Código SIAFI: 158137
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.648.539/0001-05	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico		Código CNAE: 85.41-4-00	
Telefones/Fax de contato:	(35) 3449-6150	(35) 3449-6172	(35) 3449-6193
Endereço Eletrônico: reitoria@ifsuldeminas.edu.br		Página na Internet: http://portal.ifsuldeminas.edu.br	
Endereço Postal: Avenida Vicente Simões, nº 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre (MG), CEP: 37553-465			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.- Portaria de funcionamento dos <i>Campi</i> Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre – Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013.- Portaria de funcionamento dos <i>Campi</i> Avançado Carmo de Minas e Três Corações – Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158137	Reitoria		
158303	Campus Muzambinho		
158304	Campus Machado		
158305	Campus Inconfidentes		
154809	Campus Poços de Caldas		
154810	Campus Passos		
154811	Campus Pouso Alegre		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158137 – Reitoria		26412	
158303 - Campus Muzambinho		26412	
158304 - Campus Machado		26412	
158305 - Campus Inconfidentes		26412	
154809 - Campus Poços de Caldas		26412	
154810 - Campus Passos		26412	
154811 - Campus Pouso Alegre		26412	

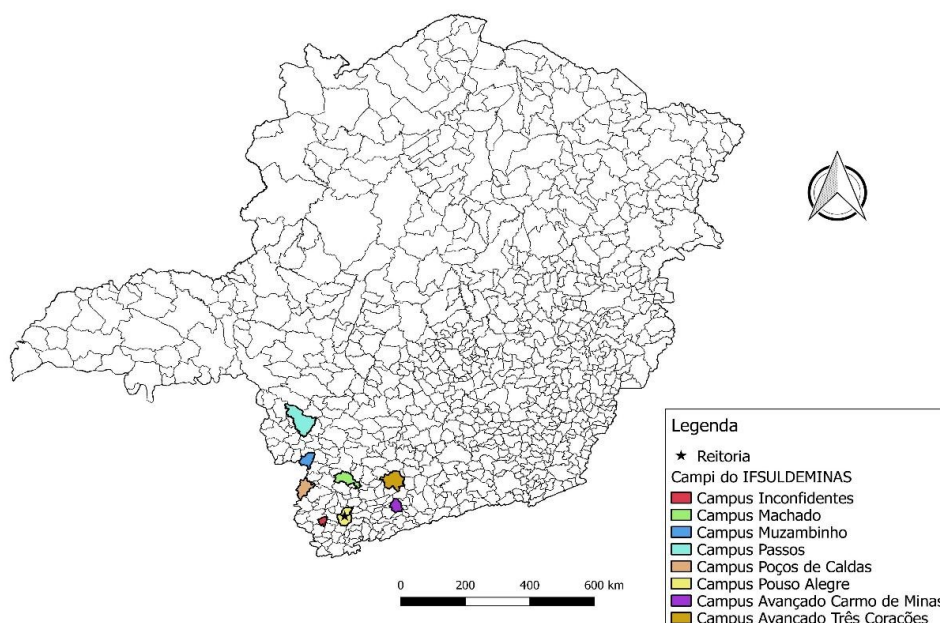
Fonte: Assessoria de Comunicação/Gabinete da Reitoria

Compreende “educação profissional verticalizada”, a qual promove a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino. A verticalização

evita compartimentar conhecimento, pois os alunos do ensino médio recebem orientações de mestres ou doutores em projetos de iniciação científica.

Com forte atuação na região sul-mineira (Figura 01), tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior.

Figura 01 – Mapa de localização dos municípios-sede de *Campi* do IFSULDEMINAS



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (2018)

Assim como os demais Institutos Federais, o IFSULDEMINAS tem formação multicampi. Originou-se da união das três tradicionais e reconhecidas escolas Agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, também possui *campi* em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e *campi* avançados em Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região.

Compete aos *campi* prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional no dia a dia dos *campi* e, para tanto, a mesma comporta cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Pesquisa; Pós-Graduação e Inovação; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a

Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade, respectivamente. As outras duas pró-reitorias, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura, monitoramento de desempenho e gestão de pessoal.

As trajetórias de cada um desses *campi* são apresentadas nos próximos tópicos.

3.1. Os *campi* formadores

3.1.1. Campus Inconfidentes

No começo do século XX, o outrora povoado de Mogi Acima, tinha sua economia baseada na agricultura, uma vez que os primeiros bandeirantes que chegaram àquela localidade, não encontraram ali metais preciosos. Com o fim da escravidão no Brasil, no final do século XIX, o governo da recém-implantada República brasileira iniciou um programa de incentivo à imigração de europeus para trabalhar na produção agrícola, o que fez surgir pelo país diversas colônias agrícolas.

O Presidente do Estado de Minas Gerais da época, Júlio Bueno Brandão, natural da região, comprou as terras onde hoje se localiza a área urbana do município de Inconfidentes com o intuito de instalar uma Colônia Agrícola de Estrangeiros.

Há 101 anos, em 28 de fevereiro de 1918, com a publicação do Decreto nº 12.893, iniciou-se a história do Patronato Agrícola de Inconfidentes, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na época, a instituição pertencia ao município de Ouro Fino, pois a cidade de Inconfidentes somente surgiria mais de 40 anos depois, no ano de 1962. A criação do Patronato Agrícola deu-se nove anos após a origem da primeira Escola Agrícola no Brasil, cuja proposta era acolher menores infratores para reinseri-los na sociedade com alguma profissão.

Entre os anos de 1918 e 1978, o Patronato Agrícola de Inconfidentes passou por diversas alterações estruturais, acadêmicas e, inclusive, em sua denominação, que foi modificada seis vezes antes de ser parte do IFSULDEMINAS. Foram elas: Aprendizado Agrícola “Minas Gerais” (1934), Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá” (1939), Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá” (1947), Escola Agrícola “Visconde de Mauá” (1950), Ginásio Agrícola “Visconde de Mauá” (1964)

e Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (1978).

Criadas em outro contexto, quase 40 anos após a inauguração do Patronato de Inconfidentes, as Escolas Agrícolas de Machado e Muzambinho surgiram com finalidade distinta. A história dessas instituições começou com a promulgação da Constituição Federal de 1946, quando, por meio do Parágrafo 3º do Artigo 18, foram criadas escolas agrícolas para formarem técnicos agrícolas entre os filhos de pequenos produtores rurais. Os mecanismos para desenvolver tais escolas foram definidos por meio do Decreto n.º 9.613 de 20 de agosto de 1946 e dos artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20 de janeiro de 1947.

3.1.2. Campus Muzambinho

Na década de 1940, o Deputado Federal Dr. Licurgo Leite Filho começou a trabalhar para conseguir a instalação de uma escola agrícola na cidade de Muzambinho. Nesse período, as diferenças políticas municipais eram grandes e, a despeito das vantagens para a cidade, os adversários políticos se opunham firmemente à vinda da escola, dificultando as negociações entre os proprietários das terras, onde se instalaria a escola, e a prefeitura municipal. Além disso, outra dificuldade enfrentada foi a escolha da localidade para instalar a escola, pois as terras escolhidas já eram pleiteadas para abrigar o Aeroclube de Muzambinho (ideia muito em voga na época). Vencidas as questões, em janeiro de 1949, após comprar as terras, a prefeitura de Muzambinho doou-as ao Governo da União, que iniciou a construção da escola em julho daquele mesmo ano.

A inauguração da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho deu-se em 22 de novembro de 1953 e contou com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas e de sua comitiva, composta, entre outros, do então Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek e de Tancredo Neves, na época, Ministro da Justiça.

O Campus Muzambinho já possuiu três denominações: Escola Agrotécnica de Muzambinho (1953), Colégio Agrícola de Muzambinho (1964) e Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho (1979), sendo esta a última denominação antes da sua transformação em Campus do IFSULDEMINAS.

3.1.3. Campus Machado

Passados pouco mais de três anos da inauguração da instituição de Muzambinho, localizada a 100 quilômetros de distância dessa cidade, foi

implantada, no Sul de Minas, em 03 de julho de 1957, a Escola de Iniciação Agrícola de Machado. Segundo a história, os primeiros passos para sua criação ocorreram ainda no primeiro Governo Vargas, sendo que a efetiva construção se iniciou no Governo Dutra, em 1949, quando o decreto nº 9613/20 de agosto de 1946, chamado de lei orgânica do ensino agrícola, estabeleceu a doação das terras onde hoje se localiza o campus. Esse decreto está situado na elaboração de um plano de industrialização nacional, que trazia para o ensino agrícola nova orientação, a da tecnificação da produção.

Assim como ocorreu com as suas congêneres, ao longo dos anos a Escola de Iniciação Agrícola de Machado viu as fases e momentos estruturais do país refletidos na alteração de sua estrutura e, por consequência, do seu nome, assim passou a ser denominada de Ginásio Agrícola de Machado (1964), Colégio Agrícola de Machado (1978) e Escola Agrotécnica Federal de Machado (1979), até que, em 2008, tornou-se campus do IFSULDEMINAS.

Concluída a fase de unificação das primeiras unidades, a partir de 2010, começou a expansão física do IFSULDEMINAS com a criação de novos *campi* e polos de rede em diversas cidades da região.

3.2. Os novos *campi*

Com a criação do IFSULDEMINAS iniciou-se o processo de expansão sendo definida a criação de três novos *campi*, localizados em três dos quatro maiores municípios do Sul de Minas Gerais, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.

3.2.1. Campus Passos

Em 2010, o Campus Passos passou a integrar a Rede Federal como polo, após convênio entre a Prefeitura de Passos e o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho. A unidade deu início ao processo para se transformar definitivamente em campus em 2011, quando foram nomeados os primeiros docentes efetivos. No mesmo ano, foi realizada a 1ª audiência pública para verificar a demanda de cursos a serem ofertados pela instituição.

A aquisição de um terreno de 10.000 m² garantiu a consolidação do Instituto Federal no município, sendo sua sede definitiva entregue à comunidade em dezembro de 2015.

3.2.2. Campus Poços de Caldas

Em 2008, o Centro Tecnológico de Poços de Caldas era uma unidade de ensino vinculada à Secretaria Municipal de Educação que oferecia cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio. Naquela época, a execução pedagógica dos cursos, tanto na área docente quanto administrativa, era de responsabilidade do CEFET-MG.

Ao final de 2009, visando a uma redução nos custos para manutenção do Centro Tecnológico e, ao mesmo tempo, garantir a ampliação da oferta de cursos, além de dar maior legitimidade à Educação Tecnológica no município e, principalmente, tendo como meta a federalização definitiva desta unidade de ensino, foram iniciadas conversações para integrar o Centro Tecnológico ao IFSULDEMINAS.

Assim, em 2010, um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Educação de Poços de Caldas com o IFSULDEMINAS, por intermédio do Campus Machado, e um contrato de prestação de serviços educacionais, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino de Machado (FADEMA), foram firmados até a transição do então Centro Tecnológico de Poços de Caldas para Campus Avançado do IFSULDEMINAS – Campus Machado. Consequentemente, em 27 de dezembro de 2010, foi inaugurado oficialmente o Campus Avançado Poços de Caldas e, em 2011, este foi elevado à condição de Campus. Sendo sua sede definitiva inaugurada oficialmente em 06 de maio de 2015.

3.2.3. Campus Pouso Alegre

A implantação oficial do Campus Pouso Alegre ocorreu em 10 de julho de 2010 como parte do Plano de Expansão III da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que visava à ampliação das unidades de educação profissional gratuitas.

Por meio de convênio com a Prefeitura de Pouso Alegre, os primeiros cursos ofertados utilizavam as estruturas da Escola Municipal Professora Maria Barbosa e eram desenvolvidos como extensão do Campus de Inconfidentes. A possibilidade de construir a sede própria surgiu apenas no ano de 2012, com a aprovação da Lei nº 5.173 pela Câmara Municipal de Pouso Alegre, que determinava a doação de um terreno adquirido pela Prefeitura ao IFSULDEMINAS. No entanto, somente em agosto de 2014, a escritura foi assinada e a inauguração solene da sede

permanente do Campus Pouso Alegre ocorreu no dia 18 de junho de 2014.

3.3. Os *Campi* Avançados

A mais recente fase de expansão do IFSULDEMINAS materializou-se por meio da Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014, que alterou a Portaria nº 331 - que tratava sobre a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - e passou a considerar outras duas unidades como integrantes do IFSULDEMINAS: o Campus Avançado Três Corações e o Campus Avançado Carmo de Minas.

3.3.1. Campus Avançado Três Corações

O IFSULDEMINAS está presente no município de Três Corações desde 2012, inicialmente como uma unidade do Polo Circuito das Águas, vinculado a um projeto de extensão do campus Pouso Alegre, que atendia aos municípios de Cambuquira, Caxambu, Itanhandu, São Lourenço e Carmo de Minas. Em 13 de dezembro de 2013, passou à denominação de Campus Avançado e ganhou sede própria com a aquisição do imóvel ocupado pelo antigo Colégio de Aplicação da Unincor.

Desde o final de 2015, o IFSULDEMINAS tentava, na Prefeitura Municipal de Três Corações, dar utilidade pública ao prédio de uma antiga fábrica de calçados da cidade, que estava abandonada há mais de 20 anos. Em 2017, a gestão municipal conseguiu adquirir a área, que estava sob judice devido à falência da fábrica e, em maio daquele ano, doou o imóvel ao IFSULDEMINAS, que passou a pertencer ao Campus Avançado Três Corações.

3.3.2. Campus Avançado Carmo de Minas

O Campus Avançado Carmo de Minas é o campus mais recente incorporado à Rede do IFSULDEMINAS. A história desta unidade começou no ano de 2012, quando o IFSULDEMINAS iniciou o Projeto de Extensão “Circuito das Águas”, que previa a abertura de polos de rede em vários municípios, entre eles, um na região de Carmo de Minas e São Lourenço.

Em dezembro de 2013, a área da antiga Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) foi selecionada para receber a Unidade de Educação Profissional (UEP) de Carmo de Minas, sendo, em 2014, elevada à categoria de

Campus Avançado.

Em março de 2014, começaram a ser oferecidos os primeiros cursos da UEP Carmo de Minas, provisoriamente, em salas cedidas pela Prefeitura Municipal, enquanto ocorria a reestruturação da área doada para implantação do Campus Avançado. No final de 2015, ocorreu a inauguração da sede definitiva e o Campus Avançado passou a receber seus alunos.

3.4. Reitoria

Com a fundação do IFSULDEMINAS, em dezembro de 2008, foi necessário criar a Reitoria, órgão máximo executivo do Instituto, cuja finalidade é a administração geral da instituição bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária e patrimonial, visando ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de diretrizes homologadas pelo Conselho Superior, que garantem a harmonia e a integração entre as unidades organizacionais que compõem o Instituto Federal.

Inicialmente, a equipe destinada a trabalhar na unidade reunia-se nos *campi* agrícolas para discutir os trabalhos. A partir de abril de 2009, foi alugado um prédio de três andares no bairro Medicina, de Pouso Alegre, onde a Reitoria passou a funcionar. Com o aumento das demandas e a expansão do IFSULDEMINAS, em 2012, um prédio anexo ao antigo endereço se juntou à estrutura, abrigando setores como Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Ingresso e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Os dois prédios foram ocupados até 30 de março de 2015, quando a Reitoria passou a ocupar a sede própria, um prédio construído com recursos do Governo Federal em um terreno repassado ao IFSULDEMINAS pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, situado à Avenida Vicente Simões, 1111, no bairro Nova Pouso Alegre. Oficialmente, a Reitoria do IFSULDEMINAS foi inaugurada e entregue à comunidade em 06 de julho de 2017.

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS

A cidade de Muzambinho está localizada na região sul de Minas Gerais, na divisa com o estado de São Paulo, na região imediata de Guaxupé-MG. O Estado de Minas Gerais possui um território de 586.528 km², sendo o quarto maior em área do país, e uma população aproximada de 21.120.000 habitantes, a segunda maior

do Brasil. Possui 853 municípios, que compõe uma rica diversidade na economia e recursos naturais nas diferentes regiões do Estado (IBGE, 2017).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), a região sul de Minas Gerais, composta pelas regiões intermediárias de Varginha e Pouso Alegre, onde está localizado o IFSULDEMINAS, é formada por quinze regiões imediatas, 162 municípios e aproximadamente 2,9 milhões de habitantes.

O município de Muzambinho possui um território de 409,948 km², e uma população estimada de 21.026 habitantes (IBGE, 2017). A economia da cidade é baseada primeiramente, no setor de serviços, depois pela agropecuária e, por último, pela indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresentam o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário (Figura 02).

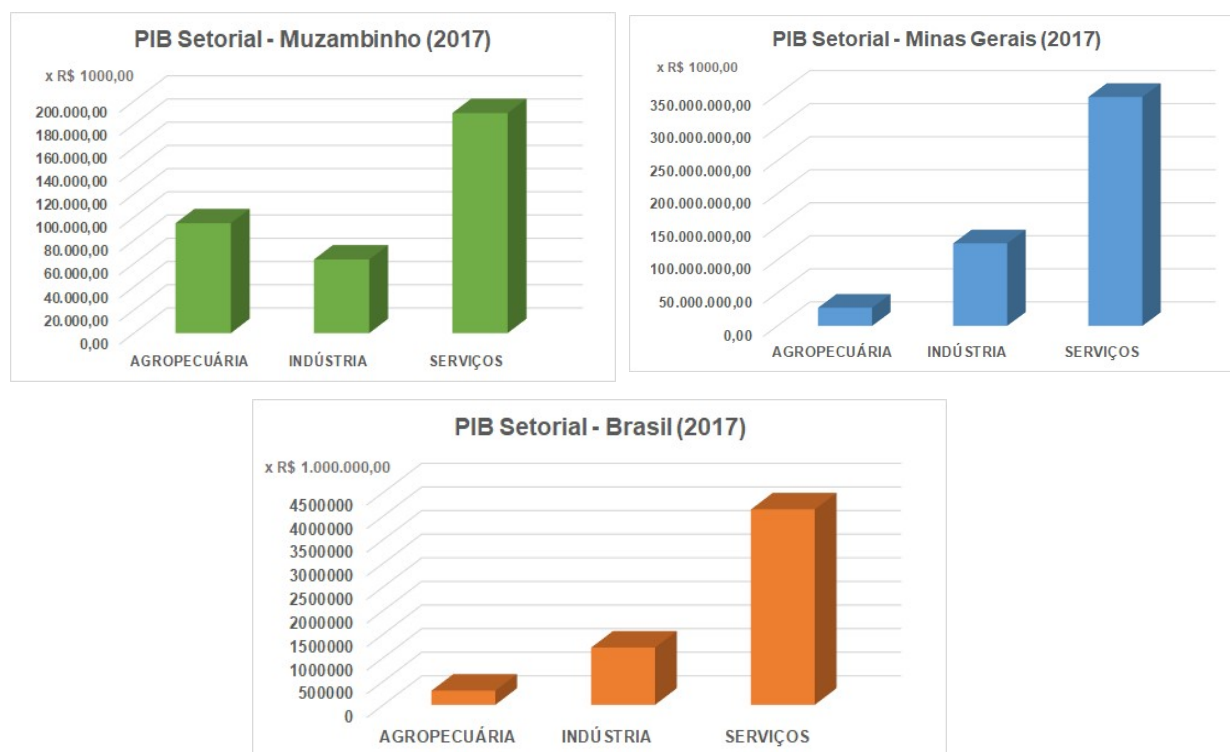


Figura 02. Dados comparativos entre valores correntes na composição do PIB dos três setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) para o município de Muzambinho, estado de Minas Gerais e o Brasil, em 2017. **Fonte:** IBGE e Fundação João Pinheiro (2017).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho – que está situado na Estrada de Muzambinho – km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município, está inserido em uma região predominantemente agropastoril.

Dentre os principais produtos que movimentam a economia local, assim como verificado em toda região sul de Minas Gerais, tem destaque a cafeicultura.

Neste sentido, a missão do IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, em seus 66 anos de ensino agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região. Um fato de destaque são as terras onde hoje se encontra o Campus de Muzambinho, foram doadas pela comunidade muzambinhense, em 31 de dezembro de 1948, à União, para que ali se instalasse uma instituição de ensino voltada para a agropecuária.

Em todos os anos de existência, o IFSULDEMINAS - campus Muzambinho, esteve permanentemente ligado ao ensino agrícola. De maneira ininterrupta, desempenhou sua função de formação de profissionais ligados a agropecuária, numa prática educativa que sempre privilegiou a cidadania crítica, obtendo grande sucesso.

Ao longo da história da Instituição, essa recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho; então, por meio do Decreto nº 83.935/1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG. A transformação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho foi uma conquista que ressaltou a importância de sua área de atuação e, que ampliou sua influência na comunidade, pautada sempre na tríade Ensino - Pesquisa - Extensão.

Tríade esta que é missão da Instituição, sendo desenvolvida por meio da capacitação, promoção e apoio aos agricultores familiares, às associações comunitárias rurais, de produtores e cooperativas, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Possibilita a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias e, ainda, proporcionando o desenvolvimento da região sul-mineira. Simultaneamente, objetiva-se a formação dos seus ingressos, a proposição de alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico e a diminuição do êxodo rural por meio da fixação do homem ao campo.

O IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, possui atualmente 4024 alunos, distribuídos em diversos cursos em nível técnico e superior, os quais podem ser desenvolvidos em modalidades presenciais ou a distância. Os cursos oferecidos na modalidade de técnicos integrados ao ensino médio são: Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos e Técnico em Informática. Cursos técnicos subsequentes: em Administração; em Agropecuária; em Contabilidade; em Enfermagem; em

Edificações; em Informática e em Segurança do Trabalho. Cursos Técnicos subsequentes na modalidade EaD: Técnico em Cafeicultura; Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente. Graduação, com titulação de Bacharel: em Educação Física, em Engenharia Agrônômica; em Ciência da Computação; em Medicina Veterinária. Graduação, com titulação de Licenciado: em Ciências Biológicas; em Educação Física e em Pedagogia (semipresencial). Graduação, com titulação de Tecnólogo: Tecnologia em Cafeicultura. Pós-Graduação Lato sensu: em Gestão Pública.

A regularidade de oferta de cursos do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho foi declarada a partir da Portaria nº 072 de 1980, da Secretaria de Ensino, vinculada ao MEC. A instituição foi transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731/1993, o que proporcionou maior agilidade na gestão de recursos e racionalização dos gastos, resultando em significativas melhorias nas estruturas física e pedagógica da Instituição.

O IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho - é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa: transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e, também, a condição de Muzambinho frente a este contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e às expectativas do mundo do trabalho, assim como às demandas da sociedade em geral. São justamente nessa perspectiva, que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

A criação do curso Técnico em Administração Subsequente decorreu da finalidade de ampliar a oportunidade de educação profissionalizante, estando em conformidade com o perfil do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, instituição com reconhecida competência pela formação educacional.

O art. 39 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) diz

que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. É nesse sentido que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho visa implantar um modelo de organização curricular, que privilegia as exigências legais de um sistema educacional, oferecendo à sociedade uma modalidade de formação educacional que busca atender as necessidades sociais e econômicas da região.

De acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o exercício da profissão de Técnico em Administração será permitido exclusivamente ao portador de certificado de conclusão de curso Técnico em Administração Subsequente, a ser ministrado no país em estabelecimentos de ensino médio, cujo currículo será fixado pelo Ministério da Educação, por proposta do Ministério do Trabalho.

O curso de Técnico em Administração Subsequente do Campus Muzambinho teve suas atividades autorizadas pela Resolução Nº 095/2014, de 27 de novembro de 2014 que dispõe sobre a ratificação da Resolução 021/2010 para a aprovação do Projeto Pedagógico e da criação dos cursos de Técnico em Contabilidade Subsequente e Técnico em Administração Subsequente, com a finalidade de ampliar a oportunidade de educação profissional, sendo oferecido na modalidade presencial, como técnico subsequente. O curso está vinculado ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios que busca compreender tecnologias relacionadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação.

O processo seletivo para ingresso no curso ocorrerá semestralmente, com a oferta de 40 vagas no período noturno, com duração do curso de um ano e meio (1,5) anos, cujo tempo máximo para integralização é de 3 (três) anos.

O curso está estruturado em 3 (três) semestres com carga horária de 1.150h. (mil cento e cinquenta horas), sendo 1000 (mil) horas de disciplinas obrigatórias, das quais 760 (setecentos e sessenta) horas são presenciais e 240 (duzentos e quarenta) horas na modalidade EaD, além de 150 (cento e cinquenta) horas de Estágio Curricular Obrigatório, o que possibilitará a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso e a aquisição e solidificação dos conhecimentos práticos

supervisionados.

O curso de Técnico em Administração Subsequente, visa a formar um profissional habilitado à prática profissional, capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional, nos diferentes modelos de organização, assegurando o pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal, com a plena utilização de inovações tecnológicas, revelando capacidade crítico-analítico para avaliar as implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

O curso habilita o profissional a:

- Atuar em processos administrativos de pequenas e médias empresas, bem como em seu próprio negócio;
- Executar atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção e marketing;
- Observar procedimentos operacionais da empresa e a legislação pertinente;
- Exercer atividades com espírito empreendedor;
- Executar de forma eficiente trabalhos em equipe promovendo a boa relação e gestão de pessoas;
- Formular estratégias relacionadas ao produto, praça, preço e promoção, usando a criatividade para desenvolver soluções nessas áreas;
- Permitir o aprendizado relativo a execução das funções ligadas a produção e a qualidade;
- Valorizar a formação para a ação de forma ética no ambiente de trabalho e na sociedade.
- Promover estudos e interpretações dos dados quantitativos das empresas, com o objetivo de informar, orientar e guiar a administração em termos de gestão e tomada de decisões;
- Atuarem como gestores e/ou como empresário da administração.
- Participem do seu processo de desenvolvimento humano e profissional, como sujeitos corresponsáveis.
- Fomentar a criatividade, a iniciativa, a autonomia, a liberdade de expressão, às práticas do desenvolvimento sustentável, ao respeito pela vida, à postura

ética nas relações humanas e a valorização da convivência em sociedade e nas relações profissionais, com vistas a uma formação cidadã.

6. JUSTIFICATIVA

O Colégio Comercial fundado em 1964, obteve autorização para funcionar pela Portaria nº 133, de 25 de fevereiro de 1965, e em 1974 com o reconhecimento do referido colégio como Escola de 1º Grau (5ª a 8ª série) e 2º Grau, obteve a habilitação de Técnico em Contabilidade, com a publicação da Resolução SEE 632. A partir do dia 12 de abril de 1991 foi autorizado o funcionamento da habilitação profissional de Técnico em Administração nessa unidade escolar, pelo prazo de dois anos, através da Portaria SEE 357/91. O reconhecimento do referido curso ocorreu com a publicação da Portaria SEE 753, de 04 de agosto de 1993.

No dia 11 de fevereiro de 2014, foi assinado o termo de Cooperação Técnica que estabelece a parceria entre o IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho e a Prefeitura Municipal de Muzambinho, tendo em vista a administração da Escola Municipal Dr. José Januário de Magalhães. O curso de Técnico em Contabilidade Subsequente e de Técnico em Administração Subsequente do campus Muzambinho tiveram suas atividades autorizadas pela Resolução Nº 095/2014, de 27 de novembro de 2014 que dispõe sobre a ratificação da Resolução 021/2010.

Através dessa parceria o Instituto e a prefeitura se comprometem a acompanhar, orientar e coordenar as etapas didático-pedagógicas, documentais e de registros escolares de cursos, além de atuar de forma a promover melhorias nos cursos oferecidos e na infraestrutura do colégio.

Para promover profissionais capacitados para atender ao mercado de trabalho dessa região, a oferta do curso Técnico em Administração Subsequente, tem a função de proporcionar formação técnica profissionalizante, capacitando esses indivíduos para atuarem na área de administração dos mais diversos setores, seja serviços (principalmente comércio), indústria e agronegócio, demandadas pela região. Percebe-se, ainda, a existência na região de um número significativo de empresas de pequeno e médio porte, fato este que favorece a procura por mão de obra especializada, capaz de desempenhar um papel ativo nas organizações.

O Técnico em Administração Subsequente, devido à sua formação diversificada, possui uma visão global das atividades que fazem parte do processo administrativo, compreendendo desde a função operacional de uma empresa,

passando pela produção, logística, funções contábeis, às questões ligadas diretamente ao marketing e planejamento estratégico. Assim, o profissional formado é capaz de exercer uma profissão conf. art. 6 da Resolução 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Curso Técnico em Administração Subsequente proposto proporcionará a formação de profissionais capacitados a realizar atividades relativas às demandas de empresas públicas e privadas. Num momento crucial pelo qual passa o Brasil e o Sul de Minas em particular, o IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho tem consciência do seu caráter público e da missão que lhe cabe desempenhar regionalmente. Enquanto instituição pública ele é um prestador de serviço, ao qual deve se dedicar de forma a oferecer o melhor produto/serviço, razão fundamental para a sua existência.

A base para sua elaboração desse curso segue o Currículo Referência do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos com disciplinas que propiciarão o egresso a atuação em pequenas, médias e grandes empresas, tanto do setor privado como do setor público.

A microrregião de Muzambinho abrange uma série de APLs (arranjos produtivos locais), como de cafeicultura (toda a região), sojicultura (Nova Resende), confecção de *lingerie* (Juruaia, Nova Resende e Monte Belo), além dos laticínios e artesanatos em Muzambinho, sendo este último o responsável pela geração de vários empregos para o município e região no passado. Muzambinho pode ser considerado um ponto estratégico para o desenvolvimento econômico, pois está relativamente próximo a vários municípios socialmente importantes, tais como Ribeirão Preto, São Sebastião do Paraíso, Poços de Caldas, Guaxupé e Alfenas.

O IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho é uma instituição que tem por objetivo atender a demanda local por mão de obra qualificada. Além do seu compromisso com a formação de profissionais que tenham o sentido de ética, do respeito aos direitos humanos, da convivência pacífica e civilizada, do respeito ao que é público, da consciência da igualdade humana, os seus vários cursos procuram habilitar para o trabalho os que buscam para complementar sua formação.

A Administração têm sido uma das áreas que tem aumentado sua demanda por profissionais no mercado, pois as oportunidades de trabalho na área se expandem à medida que novas indústrias se instalam e à medida que o crescimento econômico acontece.

A grande necessidade de difusão de informações para a gestão empresarial tem impulsionado o desenvolvimento da área de Administração no país. Em busca de suporte técnico qualificado e decisões cada vez mais precisas, os empresários procuram apoio no profissional de Técnico em administração. Acompanhando a tendência da globalização, o mercado nacional tem buscado melhorar sua competitividade com base nas informações levantadas pela gestão. O curso Técnico em Administração Subsequente tem como intuito ser uma resposta a essa demanda, capacitando os profissionais concluintes ao trabalho em empresas com o objetivo de apoiar seus negócios fornecendo os recursos humanos necessários.

Considerando que a política do Ministério da Educação é buscar a otimização das instalações das Instituições que trabalham com Educação Profissional, e que o IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho conta com essa capacidade disponível no período noturno, é justificada também por isso a criação do referido Curso.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivo Geral

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS - Campus Muzambinho, inspirado na proposta de tornar-se Centro em Referência em Educação, visando ao desenvolvimento e bem-estar da população e procurando atender a demanda regional na área de negócios, tem por finalidade formar profissionais responsáveis na construção do conhecimento de si, do outro e do mundo, primando pela qualidade do cuidar ético, baseado nos valores humanos. Estes profissionais deverão ser responsáveis e comprometidos com os princípios da ética, da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento social e com a qualidade técnica de seu trabalho.

O Curso Técnico em Administração Subsequente do Campus Muzambinho foi proposto para formar um profissional capaz de enfrentar e solucionar os problemas do mundo do trabalho com segurança e em condições de assumir responsabilidades nas áreas de finanças, produção, marketing e recursos humanos, suprimindo as necessidades de mão de obra especializada e promovendo a inclusão social de pessoas por meio da profissionalização.

7.2. Objetivos específicos

Formar profissionais capazes de:

- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional através do conhecimento científico, tecnológico e cultural, considerando os aspectos humanos, sociais, econômicos e ambientais;
- Capacitar técnicos com habilidades que garantam as competências almejadas pelas empresas e pelos futuros usuários de seus produtos e/ou serviços;
- Habilitar profissional com perfil criativo, inovador, competente, atualizado e com espírito empreendedor; e
- Criar parcerias com empresas produtivas, a fim de facilitar a atualização constante dos alunos.

8. FORMAS DE ACESSO

O acesso ao curso será feito por meio de processo seletivo, podendo se candidatar pessoas que já tenham concluído o Ensino Médio. O processo seletivo é realizado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo (COPESE), será divulgado através de edital publicado pela Imprensa Oficial, com indicação de requisitos, condições sistemáticas do processo e número de vagas oferecidas. Os candidatos também poderão ingressar por processos seletivos para ocupação de vagas regulares e remanescentes, transferência *ex officio* e outras formas, conforme a legislação vigente e resoluções internas do Conselho Superior do IFSULDEMINAS (CONSUP). Para as vagas de ingresso serão consideradas as ações afirmativas constantes na legislação brasileira e em regulamentações internas do IFSULDEMINAS e aquelas de ampla concorrência.

O curso será oferecido no período noturno. O número de vagas oferecidas será de 40 por turma, com ingresso semestral. O candidato que se considerar carente poderá solicitar avaliação socioeconômica para fins de isenção da taxa de inscrição.

Os períodos de matrícula, rematrícula e trancamento serão previstos em calendário acadêmico, conforme Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP Nº 047/2012. Desta forma, os discentes deverão ser comunicados sobre normas e procedimentos com antecedência mínima de 30 dias do prazo final da matrícula, devendo cada campus promover ampla divulgação. O discente, mesmo que por intermédio de seu representante legal, se menor de 18 anos, que não reativar sua matrícula no período estipulado será considerado evadido, perdendo automaticamente sua vaga na instituição. Deverá a instituição emitir o comprovante de matrícula, ou de rematrícula para o estudante. Demais procedimentos seguirão as normas previstas, na Resolução do IFSULDEMINAS/CONSUP Nº 073/2015.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O egresso do Curso Técnico em Administração deve ter uma capacitação profissional que contemple suas competências tecnológicas, de gestão e humanas, de forma que esteja preparado para tratar com os três componentes de um sistema: tecnologia, processos e pessoas. Dessa maneira, o egresso do Curso Técnico em Administração Subsequente estará apto a:

- A consciência da necessidade de desenvolver a sua capacidade empreendedora e de iniciativa, buscando as alternativas e as oportunidades de trabalho, em diversos setores na empresa em que atua, ou na condução do seu próprio negócio;
- A compreensão, de maneira global, do processo produtivo da empresa em que atua;
- A cooperação, os valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- O desenvolvimento do dinamismo, flexibilidade e proatividade para atuar em diferentes situações presentes no ambiente organizacional;
- O posicionamento profissional, a comunicação, o relacionamento interpessoal, intercultural, de forma a prestigiar o diagnóstico e

desenvolvimento do cenário organizacional;

- O uso das tecnologias da informação com vistas a agilizar o acesso às informações, otimizar e qualificar os processos operacionais e decisórios nos diversos níveis da organização;
- O incentivo à inovação, à criatividade e à mudança no processo produtivo e serviços prestados pela empresa, sempre visando a sustentabilidade dos mesmos;
- Desenvolvimento de habilidades de negociação e de atendimento ao cliente para melhorias contínuas dos processos e das equipes;
- Entendimento dos aspectos contábeis dentro das organizações;
- Gestão corporativa auxiliando nos processos de planejamento, organização, direção e controle.

Além de habilidades específicas da qualificação profissional, o egresso deve estar apto a:

- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social;
- Envolver-se em processos de socialização organizacional;
- Perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- Respeitar as diferenças culturais e raciais prezando pelos princípios éticos e legais da profissão.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96 - que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; alterada pela lei nº 11.741/2008. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e resolução CNE/CEB nº 01 de 05 de dezembro de 2014, que trata da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político do IFSULDEMINAS.

Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção dos eixos tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela resolução CNE/CBE nº 03/2008, com base no parecer CNE/CBE nº 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008. Atualizado pela Resolução CNE/CEB nº 01 de 05 de

dezembro de 2014, que trata da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

Além disso, mesmo sendo um curso presencial, algumas unidades curriculares presentes na matriz do Curso Técnico em Administração Subsequente serão ofertadas semipresencialmente, através de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), em conformidade com o estabelecido pela Resolução CONSUP IFSULDEMINAS Nº 64/2016, de 14 de setembro de 2016, que dispõe sobre as normas para oferta de carga horária semipresencial em cursos presenciais do IFSULDEMINAS, e também de acordo com o estabelecido pelo art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Projeto Pedagógico do curso contempla a abordagem transversal nas disciplinas e/ou projetos de acordo com a legislação, entre eles:

- Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em atendimento à Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004.

A Disciplina de Ética e Responsabilidade Social, trata de questões relacionadas com Ética, moral e valores. A Interação entre empresa com a Sociedade. Relações Étnicas Raciais. Responsabilidade Social.

- Libras

Em atendimento ao Decreto Nº 5.626/2005, a oferta da disciplina Libras é obrigatória em todos os cursos. Consta como disciplina optativa no 2º período do curso de Técnico em Administração Subsequente.

- Educação Ambiental

Em atendimento à Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CP/CNE Nº 2/2012. A disciplina de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável aborda conceitos inerentes da Educação

Ambiental dos discentes, sobretudo no tocante a gestão das organizações. Assim objetiva-se que os egressos sejam capazes de desenvolver suas atividades sempre primando pela sustentabilidade no desenvolver de suas atividades profissionais e pessoais.

- Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução Nº 1 de 30 de maio de 2012, o curso Técnico em Administração tem as disciplinas de Gestão de Pessoas e Noções de Legislação Empresarial que prevê a observação das questões relacionadas aos Direitos Humanos.

A matriz curricular está organizada em três períodos. Constituem-se de disciplinas teórico-práticas de 50 minutos que servirão de base para o cumprimento do seu estágio obrigatório de 150 horas.

Visando a uma formação com qualidade e que responda aos interesses da demanda profissional e empresarial, as disciplinas estão agrupadas em três eixos temáticos, a saber:

Ciências Básicas: disciplinas embasadas em diversas ciências que contribuem para a formação do profissional da Administração;

Contexto Social e Instrumental: disciplinas originárias de outras ciências que apresentam técnicas e processos utilizados pela administração, em especial ciências exatas, humanas, jurídicas e de informática.

Específicos da administração: disciplinas específicas da área de administração, envolvendo todo o processo contábil empresarial, abrangendo tanto o setor público quanto o privado.

10.1. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

O ensino proporcionado pelo IFSULDEMINAS é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da

educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Neste sentido, são desenvolvidas algumas práticas de apoio ao trabalho acadêmico e de práticas interdisciplinares, sobretudo nos seguintes momentos: organização de eventos relacionados às temáticas presentes nos cursos; estágio curricular supervisionado obrigatório e atividades complementares.

As ações de pesquisa do IFSULDEMINAS constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações de apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

Intenta-se que as linhas e projetos de pesquisa priorizem a inter e a multidisciplinaridade para a resolução de problemas da área. É importante agregar conhecimentos de diversas áreas, oportunizando a inserção de estudantes no ambiente da pesquisa e do desenvolvimento de habilidades importantes para a formação geral e/ou técnica.

A partir das considerações dos fatores citados, é possível, dessa forma, propor atividades que promovam desenvolvimento e fortalecimento dos conhecimentos necessários para a formação integral dos discentes. Dessa forma, serão adotadas as seguintes estratégias:

- Exercícios.
- Práticas de campo.
- Visitas aos laboratórios e execuções de ensaios.
- Visitas técnicas a empresas e feiras da área de administração e afins.
- Interpretação e discussão de textos técnicos.
- Apresentação de vídeos técnicos.
- Apresentação de seminários.
- Desenvolvimento de pesquisa com aplicações concretas na sociedade.
- Participação de projetos de extensão que se baseiam em bases tecnológicas descritas neste plano de curso.

- Trabalhos em equipe.
- Relatórios de ensaios e atividades desenvolvidas em aula ou atividade extra aula.
- Participação em um Projeto Integrador durante as três séries do curso, que desenvolva e articule as competências e habilidades trabalhadas durante toda a formação.
- Realização de avaliações interdisciplinares.
- Participação em projetos culturais, de recreação, esporte e lazer.

O IFSULDEMINAS participa de editais do CNPq e da FAPEMIG, e possui programas próprios, através dos NIPes (Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão) que incentivam a pesquisa, já no nível de ensino técnico. Esses programas buscam promover a consolidação e expansão da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade. A participação dos estudantes neste programa viabiliza a aquisição de conhecimentos e de vivências, pessoais e profissionais, contribuindo para a formação crítica e concisa destes futuros profissionais.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IFSULDEMINAS e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

A Instituição possui o Programa Institucional de Incentivo à Extensão (PIIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada o Campus e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os *Campi* do IFSULDEMINAS. Além disso, é dado incentivo a participação em eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados à área de atuação do curso. A extensão do curso deve estar articulada ao ensino e à pesquisa, e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico. Ainda que as ações nessa esfera sejam incipientes no curso, devem ser desenvolvidas por meio de programas, projetos e ações em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As ações têm como princípios orientadores:

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- A inserção social/regional com vistas a avanços no processo produtivo visando a

melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

10.1.1 Clube de Empreendedorismo

O Clube de Empreendedorismo de Muzambinho é uma iniciativa dirigida pelo IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho em parceria com demais empresas, instituições e pessoas interessadas em contribuir com o desenvolvimento da região e os alunos. O objetivo é criar um ambiente para incentivar ideias, atitudes e projetos empreendedores nas áreas de atuação do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho e região na qual a instituição está inserida. As atividades são voltadas para alunos do Campus Muzambinho, professores, técnicos administrativos e demais pessoas da comunidade local.

Um centro de empreendedorismo promove o encontro entre a pesquisa na Instituição e a sua aplicação para a sociedade. Além de trazer benefícios econômicos e sociais, na forma de maior renda, mais empregos qualificados e novos produtos e serviços para as pessoas.

Este tipo de iniciativa contribui com o desenvolvimento científico e tecnológico da região e principalmente dos alunos do Curso Técnico em Administração do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, aumentando o fluxo de conhecimentos da instituição para a indústria e contribuindo para a geração e a transferência de tecnologia para a sociedade.

O Objetivo do Clube de Empreendedorismo é estimular e viabilizar atitudes e projetos inovadores dentro do Campus Muzambinho e nas pessoas inseridas na região na qual o mesmo se encontra, com o intuito de fomentar o crescimento econômico, tecnológico e social.

Ser empreendedor é ter uma visão diferenciada sobre o mercado de trabalho, enxergar aquilo que outras pessoas não enxergam, ultrapassar e inovar no campo da imaginação e partir para as atividades de ação práticas. O empreendedor busca sempre ideias criativas e realizações inovadoras em sua vida como forma de conquistar a independência e o conhecimento. Para se profissionalizar, é preciso ter criatividade. Dentro das disciplinas obrigatórias do curso Técnico em Administração do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, o empreendedorismo é ofertado, buscando dar ao aluno um maior entendimento sobre empreendedorismo.

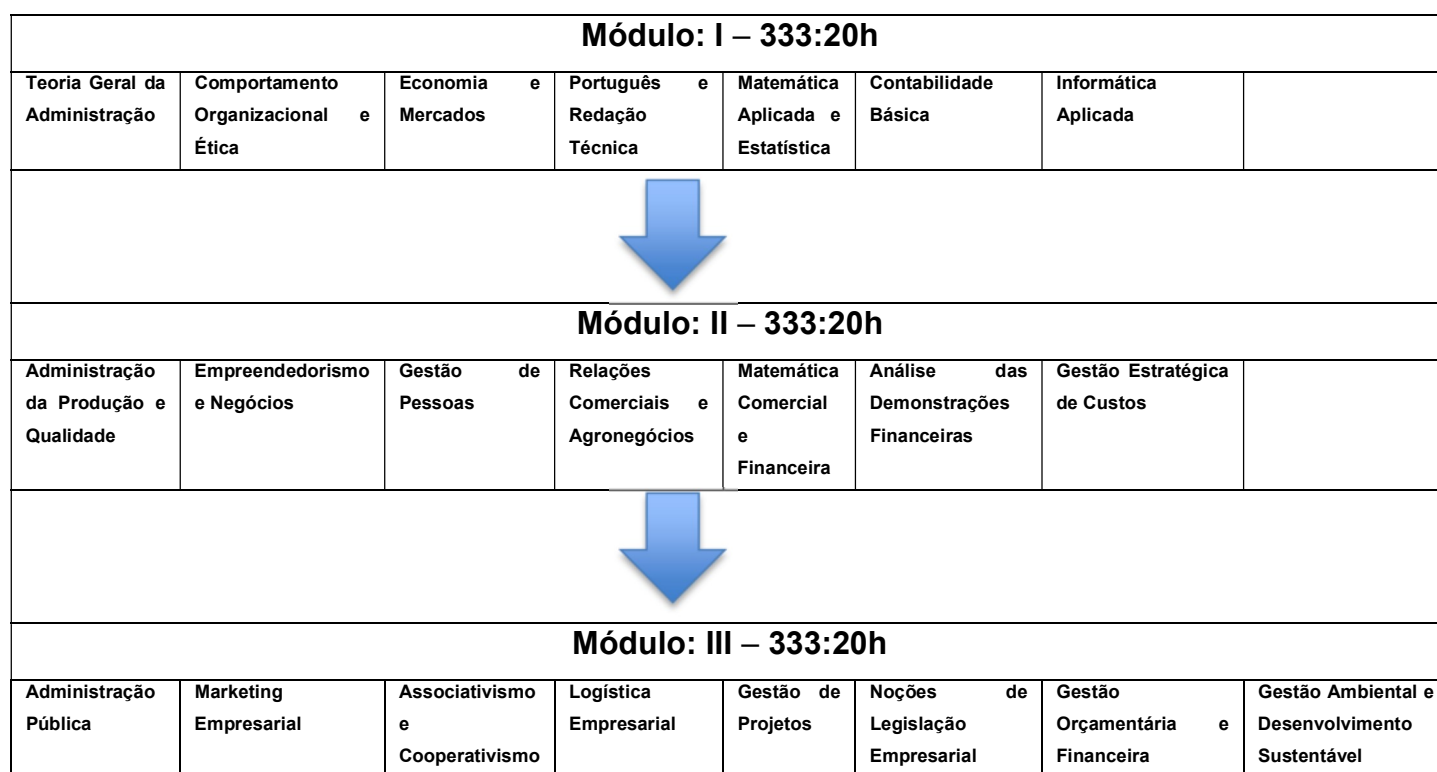
Atividades interdisciplinares são aplicadas para que o aluno possa compreender as realidades sociais individuais e coletivas. O aluno é preparado para dar início em algum plano de negócio visando a diminuição de riscos, além de

desenvolver outras habilidades.

Promover situações, eventos e experiências que inspirem ações empreendedoras inovadoras nos alunos, criar oportunidades de vínculo entre empreendedores e o Instituto Federal ampliando as redes de relacionamento e capacitar e ampliar atividades de educação empreendedora tanto para o público interno e público externo são componentes presentes no Curso Técnico em Administração Subsequente.

O EMPREENDA, evento que tradicionalmente é organizado pelos docentes e discentes do Curso Técnico em Administração, vem romper o paradigma de que o empreendedorismo é algo restrito apenas a cursos da área de gestão e negócios. Com o apoio da Direção do Campus e Coordenações dos cursos, o evento se institucionalizou, trazendo integração entre os cursos técnicos integrados, subsequentes e superiores, de todas as áreas.

10.1.2 Representação gráfica do Perfil de Formação



10.2. MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico em Administração Subsequente dispõe de uma carga horária total de 1.150 horas, das quais 150 horas são destinadas ao Estágio

Profissional Supervisionado, que pode ser realizado a partir do segundo módulo do curso. Cada aula tem a duração de 50 minutos.

Está previsto, neste curso, a oferta de Unidades Curriculares na modalidade a distância, considerando-se e respeitando-se a legislação vigente no que diz respeito as diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância.

O Curso Técnico em Administração Subsequente do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho estrutura-se de acordo com o que é apresentado na matriz curricular (Quadro 02), contendo as disciplinas de formação Geral Básica e Específicas.

Quadro 02 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Administração Subsequente

Módulo: I

DISCIPLINAS	Aulas de 50 minutos			Horas		
	Semana	Presencial	EaD	Teóricas	Práticas	Totais
Teoria Geral da Administração	4	80		53:20	13:20	66:40
Comportamento Organizacional e Ética	2		40	33:20		33:20
Economia e Mercados	2		40	33:20		33:20
Português e Redação técnica	2	40		26:40	6:40	33:20
Matemática aplicada e Estatística	4	80		33:20	33:20	66:40
Contabilidade Básica	2	40		13:20	20:00	33:20
Informática aplicada	4	80		33:20	33:20	66:40
TOTAL	20	320	80	226:40	106:40	333:20

Módulo: II

DISCIPLINAS	Aulas de 50 minutos			Horas		
	Semana	Presencial	EaD	Teóricas	Práticas	Totais
Administração da Produção e Qualidade	4	80		53:20	13:20	66:40
Empreendedorismo e Negócios	3	60		40:00	10:00	50:00

Gestão de Pessoas	2		40	33:20		33:20
Relações Comerciais e Agronegócios	2		40	33:20		33:20
Matemática Comercial e Financeira	4	80		33:20	33:20	66:40
Análise das Demonstrações Financeiras	2	40		13:20	20:00	33:20
Gestão Estratégica de Custos	3	60		25:00	25:00	50:00
TOTAL	20	320	80	231:40	101:40	333:20
Libras (optativa)	2	40		16:40	16:40	33:20

Módulo: III

DISCIPLINAS	Aulas de 50 minutos			Horas		
	Semana	Presencial	EaD	Teóricas	Práticas	Totais
Administração Pública	2	40		26:40	6:40	33:20
Marketing Empresarial	2	40		26:40	6:40	33:20
Associativismo e Cooperativismo	2		40	33:20		33:20
Logística Empresarial	3	60		40:00	10:00	50:00
Gestão de Projetos	3	60		25:00	25:00	50:00
Noções de Legislação Empresarial	2		40	33:20		33:20
Gestão Orçamentária e Financeira	3	60		25:00	25:00	50:00
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	3	60		40:00	10:00	50:00
TOTAL	20	320	80	250:00	83:20	333:20

TOTAL				708:20	291:40	1000:00
Estágio Supervisionado						150:00
Carga Horária Total do Curso						1150:00
Libras (optativa)	2			21:40	11:40	33:20

11. EMENTÁRIO

Módulo: I

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Teoria Geral da Administração	I	66h40'
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Conceito de Administração; Características do Administrador; Processo Administrativo: Planejamento, Organização, Direção e Controle (PODC); Administração Científica; Teoria Clássica; Teoria das Relações Humanas; Abordagem Comportamental; Abordagem Neoclássica da Administração: características, tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO). Tópicos atuais sobre Administração de empresas.		
Bibliografia Básica		
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração : liderança e colaboração no mundo competitivo. 1. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2007. 695 p. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. xxviii, 608 p. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 333 p.		
Bibliografia Complementar		
CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 640 p. HITT, M.A. Administração estratégica : competitividade e globalização / Michael A. Hitt, R. Duane Ireland, Robert E. Hoskisson; [tradução All Tasks]. – 2. ed – São Paulo: Cengage Learning, 2011. 413 p. MONTANA, P.J; CHARNOV, B.H. Administração . São Paulo: Saraiva, 1998. 475 p. PORTER, M.E. Competição : estratégias competitivas essenciais; [trad. Afonso Celso da Cunha Serra]. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999. 13. ed. 518 p. c. 1. p. 27-45. ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados . v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Comportamento Organizacional e Ética	I	33h20' EaD
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Fundamentos de comportamento organizacional. As dimensões individual e interpessoal: personalidade, percepção e atribuição; valores e atitudes; motivação; vínculos com a organização. As dimensões grupal e organizacional: clima e cultura organizacional. A ética que pode ser compreendida como um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social.		
Bibliografia Básica		
CHIAVENATO, I., Comportamento Organizacional: A dinâmica do sucesso das organizações . São Paulo: Thomson, 2004. GRIFFIN, Ricky W., MOORHEAD, Gregory. Fundamentos do comportamento organizacional . trad. Fernando Moreira Lea, André Siqueira Ferreira. São Paulo: Ática, 2006. ROBBINS, S. P., Fundamentos do comportamento organizacional . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.		
Bibliografia Complementar		
BLACK, Peter. Comportamento Organizacional . Desenvolvendo organizações eficazes. M Books, 2011. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . 4. ed. São Paulo: Makron, 1993. HAMPTON, D. R. Administração: Comportamento organizacional . São Paulo: MCGRAW-HILL, 1991. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração . 5.ed.rev.e ampl. São Paulo: Atlas, 2000. SOTO, Eduardo. Comportamento organizacional: o impacto das emoções . São Paulo: Thomson, 2002.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Economia e Mercados	I	33h20' EaD
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
A economia como ciência e o seu papel na compreensão da conjuntura regional, nacional e internacional no que tange o comportamento das organizações empresariais no cenário produtivo, partindo da compreensão dos problemas econômicos, análise dos fatores de produção, teoria da moeda, inflação e deflação, a oferta, a demanda, o sistema financeiro entre outros aspectos.		
Bibliografia Básica		
ASSAF NETO. Mercado Financeiro . 6. ed. São Paulo: Atlas 2005. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de Economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: Micro e Macro: Teoria e Exercícios . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar		
JORGE, F. T.; SILVA, F. G. Economia aplicada à administração . 3. ed. São Paulo: Futura, 2001. MANKIW, N. G. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia , 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000. SILVA, Cesar Roberto Leite da, Economia e Mercados, Introdução a Economia , 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. SOUZA, N.J. Curso de Economia . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Português e Redação Técnica	I	33h20'
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Leitura e compreensão de textos; Processos de formação e imagem da comunicação empresarial. Abordagem pontual de elementos linguísticos, discursivos e situacionais que permitam ao aluno produzir textos orais e escritos adequados a diferentes gêneros e situações de comunicação da área Administrativa: textualização de temas técnicos e informativos em textos promocionais; produção de relatórios escritos e apresentações orais. Estratégias de aprendizado; leitura e compreensão de textos da área administrativa; Análise e produção textual.		
Bibliografia Básica		
CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. MELLO, Fernanda Mello. Português Instrumental. Gestão e Negócios . Série Eixos. 1ª edição. São Paulo: Erica, 2014		
Bibliografia Complementar		
BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa . 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização . São Paulo: Contexto, 2008. FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2002. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, I. C. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 1995. NEIVA, E.G. Moderna redação empresarial . São Paulo: IOB, 2008.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Matemática Aplicada e Estatística	I	66h40'
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Conjuntos Numéricos e operações; Expressões matemáticas; Potencialização; Razão e Proporção; Frações; Unidades de Medida; Equações; Função do 1° e 2 ° grau; Progressão Aritmética e Geométrica; Conceitos da Estatística; Coleta de Dados; Séries Estatística; Medidas de Tendência Central; Média; Moda; Mediana; Estudos de Gráficos; Probabilidade.		
Bibliografia Básica		
HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. Matemática Financeira . 5ª Edição, São Paulo, Editora SARAIVA, 2004. SERGIO, M.G. Matemática . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2002. STEVENSON, W. Estatística Aplicada à Administração . São Paulo: Ed. Harper & Row do Brasil, 1981.		
Bibliografia Complementar		
BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. Estatística Básica . São Paulo: Atual, 2002. CLARK, J. Estatística aplicada . São Paulo: Saraiva, 2002. DEVLIN, K. O gene da matemática: o talento para lidar com números e a evolução do pensamento matemático . Rio de Janeiro: Record, 2004. IEZZI, G. MUKARAMI, C.; DOLCE, O. Fundamentos de Matemática Elementar: Matemática Financeira/ Matemática Comercial/ Estatística Descritiva . 2. ed. v. 11. São Paulo: Atual, 2013. LEVINE, David M. et. al. Estatística - Teoria e Aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 2008.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Contabilidade Básica	I	33h20'
Porcentagem Teórica: 40%	Porcentagem Prática: 60%	
Ementa		
Conceitos gerais da contabilidade, definição de Patrimônio e suas variações. Lançamentos contábeis, elaboração do livro razão, da Demonstração do Resultado do Exercício e levantamento do Balanço Patrimonial. Demonstrações Financeiras obrigatórias, Fluxo de caixa e elaboração do Plano de contas.		
Bibliografia Básica		
ÁVILA, C.A. Contabilidade básica . Curitiba: LT, 2010. IUDÍCIBUS, S (COORD) Contabilidade Introdutória . 11. ed São Paulo: Atlas, 2010. MARION, J. C. Curso de contabilidade para não contadores . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
Bibliografia Complementar		
BASSO, I.P. Contabilidade geral Básica . 4. ed. Porto Alegre: Unijuí, 2011. CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade de custos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARION, J. C. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2010. PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade básica: Contabilidade introdutória e intermediária . São Paulo: Atlas, 2014. VELHANI, C. L. Introdução à contabilidade . São Paulo: Atlas, 2014.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Informática Aplicada	I	66h40'
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Apresentar os fundamentos básicos de manuseio de software aplicativos com ênfase em software livre. Apresentar uma visão geral das técnicas e ferramentas e tecnologias existentes no mercado voltado para demandas de escritório. Conduzir ao uso das principais funções de editores de texto: formatação de acordo com as regras da ABNT, tabelas, mala direta, cartas comerciais, dentre outras. Planilhas eletrônicas. Principais funções: formatação de planilha, impressão e criação de fórmulas, gráficos, dentre outras. Gerenciadores de apresentação: criação de slides, transição, efeitos e conteúdo multimídia, postura para apresentação, dentre outras.		
Bibliografia Básica		
MANZANO, José Augusto N.G. BrOffice 3.2.1: Guia Prático de Aplicação . 1. ed. São Paulo: Érica. 2010. RODRIGUES, Heloísa H.C. Aprender BrOffice – exercícios Práticos . Pelotas: UFPel, 2009. VELLOSO, Fernando C. Informática: Conceitos básicos . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011		
Bibliografia Complementar		
MANZANO, André Luiz N.G. Estudos Dirigidos de Microsoft Office PowerPoint 2010 . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. MARÇULA, Marcelo. Informática: Conceitos e Aplicações . 3. ed. São Paulo: Érica, 2008. MCFEDRIES, Paul. Fórmulas e Funções com Microsoft Excel . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005. MOTA, José Carlos. Dicionário de computação e Informática . Rio de Janeiro: editora Ciência Moderna, 2010. SILVA, Mário Gomes. Informática: Terminologia Básica: Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Access 2003 e Microsoft Office Power Point 2003 . 2. ed. São Paulo: Érica, 2007.		

Módulo: II

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Administração da Produção e Qualidade	II	66h40'
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Administração de operações produtivas, modelo de transformação, os tipos de produção e as atividades da administração da produção; O papel estratégico e os objetivos da produção, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); O arranjo físico e fluxo de materiais; Previsão da Demanda; Planejamento, Programação e Controle da Produção (PPCP); Custos industriais; Programa Mestre de Produção; Sistemas MRP e Planejamento de capacidade; Kanban; Just-in-time; Programa 5S; Lean Manufacturing (Sistema Toyota – Kata); Six sigma; Kaizen; Noções de Indústria 4.0; Melhoria contínua; Qualidade e Produtividade nos processos; O ciclo PDCA; Noções sobre ferramentas da qualidade; Controle da qualidade total (TQC); Sistemas de Gestão da Qualidade (Norma ISO 9001); Gestão da Qualidade no mundo dos negócios e na sociedade.		
Bibliografia Básica		
CERQUEIRA NETO, E.P. Gestão da Qualidade: princípios e métodos . Campus, 2005. CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. Administração da Produção e de Operações: Manufatura e Serviços: uma abordagem estratégica . Edição compacta. São Paulo: Atlas, 2013. SLACK, N.; BRANDON-JONES, A.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.		
Bibliografia Complementar		
CARVALHO, M. M., PALDINI, E. P. Gestão da Qualidade: teoria e casos . 2. ed. Elsevier, 2012. CORREA, H. L.; GIANESI, IRINEU, G. CAON, M. Planejamento, programação e controle da produção . 4. ed. São Paulo, Atlas, 2001. HANSEN, D. R.; MOWEM, M.A.M. Gestão de custos, contabilidade e controle . Rio de Janeiro. Thompson Pioneira, 2011. LIU, S. L. Interpretação das normas - ISO 9001/ISO 14001/OHSAS 18001 .São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. PAOLESCHI, B. Almoxarifado e Gestão de Estoques . Primeira Edição. São Paulo: Érica, 2010.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Empreendedorismo e Negócios	II	50h
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Empreendedorismo: conceitos, importância, identificação de oportunidades de negócios e cenários; Habilidades e competências necessárias para o empreendedor; Cases de sucesso em empreendedorismo; Plano de negócios: conceituação, importância e estrutura do plano de negócio (micro e pequenas empresas); Criação de uma empresa: principais aspectos legais, tributários, dentre outros aspectos relevantes.		
Bibliografia Básica		
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo : dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012. DORNELAS, José Carlos Assis; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert J. Criação de novos negócios : empreendedorismo para o século 21. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. GAUTHIER, Fernando Ostuni; MACEDO, Marcelo; LABIAK JÚNIOR, Silvestre. Empreendedorismo . Curitiba: Livro Técnico, 2010.		
Bibliografia Complementar		
BUSINESSWEEK. Empreendedorismo: as regras do jogo . São Paulo: Nobel, 2008. BERNARDI, Luiz - Manual de empreendedorismo e Gestão: Fundamentos Estratégias e Dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003. DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor . Rio de Janeiro: Sextante / GMT, 2008. ENDEAVOR Brasil. Empreendedorismo para empreendedores. Conteúdos . Disponível em: < https://endeavor.org.br/conteudos/ >. Acesso em 14 set. 2019. SEBRAE. Como elaborar um plano de negócios . Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/COMO%20ELABORAR%20UM%20PLANO_baixa.pdf >. Acesso em 14 set. 2019.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Gestão de Pessoas	II	33h20' EaD
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
O sistema de administração de recursos humanos, Introdução a gestão de pessoas e seus processos. Evolução da área de gestão de pessoas: do operacional ao estratégico. Planejamento estratégico de recursos humanos. A visão de competência. Recrutamento e Seleção de pessoal. Rotinas trabalhistas, conflitos nas organizações, Socialização. Principais tendências nos diferentes processos da administração de recursos humanos.		
Bibliografia Básica		
ARAÚJO, Luís César G. de – Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional . São Paulo: Atlas, 2009. BANOV, Márcia Regina. Recrutamento, seleção e competências . São Paulo: Atlas, 2012. BRANDÃO, Hugo Pena. Mapeamento de competências : métodos, técnicas e aplicações em gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2012.		
Bibliografia Complementar		
CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. CHIAVENATO, I. Recursos Humanos : O capital humano das organizações. São Paulo: Elsevier, 2009. DUBRIN, A.J. Fundamentos do Comportamento Organizacional . São Paulo, Thomson, 2003. MILKOVICH, G.T.; BORDREAU, J.W. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Atlas, 2011. VERGARA, S.C. Gestão de pessoas . São Paulo: Atlas, 2007.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Relações Comerciais e Agronegócios	II	33h20' EaD
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Noções sobre Gestão de Compras e Vendas; Conceito de Agronegócio e Sistemas Agroindustriais; Panorama do Agronegócio Regional, Estadual e Nacional; Importância das atividades agropecuárias para a Economia, em especial da Cafeicultura; Noções sobre Blocos Econômicos; Noções sobre o comércio internacional e o câmbio.		
Bibliografia Básica		
BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial : GEPAL: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. CAMPOS, Alexandre de. Gestão de Compras e Negociação : Processos, Uso da Tecnologia da Informação, Licitações e Aquisições no Terceiro Setor. São Paulo: Érica, 2015. MAGNOLI, Demétrio. Comércio exterior e negociações internacionais . São Paulo: Saraiva, 2006.		
Bibliografia Complementar		
BRAGA, M. J.; REIS, B. dos S. (org.). Agronegócio cooperativo : reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV; DER, 2005. BREGAGNOLI, M.; RIBEIRO NETO, J.F.[Org.]. Café nas montanhas : caracterização da cafeicultura na área de atuação da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017. LAYRARGUES, P.P. Sistemas de Gerenciamentos Ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. Revista de Administração de Empresas . v. 40, n. 2, p. 80-88, 2000. ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados . v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. WESSELS, Walter J. Economia . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Matemática Comercial e Financeira	II	66h40'
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Porcentagem; Regra de três simples e composta; Juros simples e capitalização simples; Descontos simples; Juros compostos; Descontos compostos; Séries de capitais; Taxas de juros; Empréstimos e sistemas de amortização: Price, SAC e SAM.		
Bibliografia Básica		
CRESPO, A. A matemática Financeira fácil . São Paulo: Saraiva, 2014. HAZZAN, Samuel & POMPEO, José Nicolau. Matemática Financeira . 5. ed. São Paulo: Editora SARAIVA, 2004. SOBRINHO, José Dutra Vieira. Manual de Aplicações Financeiras HP-12 C . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
Bibliografia Complementar		
ASSAF NETO, A. A.; LIMA, F.G. Curso de administração financeira . São Paulo. Atlas, 2014. HOJI, M. Administração Financeira na prática . São Paulo Atlas, 2014. FARIA, Rogério Gomes de. Matemática Comercial e Financeira . 5. ed. São Paulo: Editora MAKRON BOOKS, 2000. PUCCINI, A. L.; PUCCINI, A. Matemática financeira objetiva e aplicada . São Paulo: Atlas, 2010. SOUZA, A.B. Curso de administração financeira e orçamento . São Paulo: Atlas, 2014.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Análise das Demonstrações Financeiras	II	33h20'
Porcentagem Teórica: 40%	Porcentagem Prática: 60%	
Ementa		
Objetivos e critérios da análise das demonstrações financeiras, avaliação dos insumos da análise, análises horizontais e verticais, classificação das empresas por números índices, análises a partir das demonstrações contábeis: endividamento, lucratividade / rentabilidade, elaboração e análises de índices padrões e demonstrações práticas de empresas com divulgação de balanços em jornais de grande circulação para o pleno entendimento.		
Bibliografia Básica		
ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARION, J. C., Análise das Demonstrações Contábeis .4. ed.São Paulo: Atlas, 2009. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços . 5. ed. São Paulo. Atlas, 1998.		
Bibliografia Complementar		
DINIZ, Natália. Análise das Demonstrações Financeiras , 1. ed. ESES. II. Estácio: Rio de Janeiro, 2015. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. MARTINS, Eliseu. Análise Didática das Demonstrações Contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. MORANTE, Salvador Antônio. Análise das Demonstrações Financeiras , 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. OLIVEIRA, Roberto. Análise das Demonstrações Contábeis . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Gestão Estratégica de Custos	II	50h
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Princípios contábeis aplicados em custos. Terminologia e classificação de custos. Custeio direto e por absorção. Critério de rateio. Departamentalização. Formação do preço de venda. Custo variável: formação de preço em supermercados, formação de preço ao prestador de serviços. Custo padrão, levantamento e análise de suas variações. Custos da qualidade.		
Bibliografia Básica		
COGAN, S. Custos e formação de preços: análise e prática . São Paulo: Atlas, 2013. MARTINS, E. Contabilidade de custos . São Paulo: Atlas, 2013. NAKAGAWA, Masayuki. ABC – Custeio baseado em atividades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
Bibliografia Complementar		
ATKINSON, Anthony A., et al. Contabilidade gerencial . 1. ed. São Paulo; Atlas, 2000. GUERRA, L. Manual de custos para o exame de suficiência . São Paulo: Atlas, 2014. HORNGREN, Charles Thomas, et al. Contabilidade de custos . 9. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2000. LEONI, George S. Guerra. Curso de contabilidade de custos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. LINS, L. S.; SILVA, R. S. Gestão de custos . São Paulo: Atlas, 2017.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Libras (optativa)	II	33h20'
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Língua Brasileira de Sinais - O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras / Português; técnicas de tradução Português / Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.		
Bibliografia Básica		
BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas . 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. BRASIL. Ministério Da Educação E Secretaria De Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão . Brasília: [s.n.], 2005. Fascículo 1 (Educação infantil). Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br 64>. Acesso em: 30 mar. 2020. SILVA, A. C. et.al. Surdez e bilinguismo . IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Gerência de Saúde 31 (Organizadora). 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.		
Bibliografia Complementar		
CAPOVILLA, F. C. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: O Mundo do Surdo em Libras . Educação. v.1. São Paulo: EDUSP, 2009. CAPOVILLA, F. C. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira . 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. GOLDFELD, M. A. Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista . São Paulo: Plexus, 2002. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas . São Paulo: Plexus, 2007. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.		

Módulo: III

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Administração Pública	III	33h20'
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Administração Pública e Organizações Públicas, Os Serviços Públicos: competência a nível municipal, estadual e federal. Legislação básica, princípios e estratégias da Administração Pública. Serviços públicos, Licitações, Contratos e Convênios. Execução Orçamentária, Transparência, controle e fiscalização. O papel do administrador público na implementação de uma administração pública democrática e produção do bem comum, Balanço social. Código de ética profissional do servidor público, Lei de responsabilidade fiscal.		
Bibliografia Básica		
CHIAVENATO, I. Administração Geral e Pública . 2 ed. São Paulo: campus, 2008. KANAANE, R.; FIEL, A. F.; FERREIRA, M. G. Gestão Pública . São Paulo: Atlas, 2010. NASCIMENTO, E. R. Gestão pública . 2 ed. Saraiva. 2014.		
Bibliografia Complementar		
BERNARDONI, D. L.; CRUZ, J. A. W. Planejamento e Orçamento na Administração Pública . 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2010. CHAVES, F.C. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada . São Paulo, Atlas, 2014. DIAS, R. Gestão pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização . São Paulo: Atlas, 2017. MAXINIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2018. MUKAI, T. Licitações e contratos públicos . São Paulo: Saraiva, 2008. PEREIRA, J. M. Manual de Gestão Pública Contemporânea . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Marketing Empresarial	III	33h20'
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Conceitos e história do Marketing, O processo de administração de marketing, O marketing nas empresas, Ferramentas do marketing, O ambiente de marketing, Planejamento Estratégico Empresarial, Análise de SWOT, Pesquisa de mercado, Segmentação do mercado, Avaliação quantitativa e/ou qualitativa dos Produtos e Serviços. Planejamento de novos produtos, Mix de Marketing, Ciclo de vida dos produtos, Marcas, embalagens e imagem no varejo. Propaganda e Promoção. Geração de valor para o cliente. Fatores principais que influenciam o comportamento do consumidor.		
Bibliografia Básica		
KOTLER, P. Administração de Marketing: análise, planejamento e controle . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de Marketing . 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. ROCHA, A.; FERREIRA, J. B.; SILVA, J. F. da. Administração de marketing: conceitos, estratégias e aplicações . São Paulo: Atlas, 2012.		
Bibliografia Complementar		
BLYTHE, J. Um livro bom, Pequeno e Acessível sobre Marketing . São Paulo Ed. Bookman, 2010. CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. Marketing: criando valor para o cliente . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. HAIR JR., J.F. et al. Fundamentos de Pesquisa de Marketing . 6. ed. São Paulo: Bookman, 2010. KOTLER, P. Marketing 3.0: As forças que estão definindo o Novo Marketing centrado no ser humano . 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2010. PETER, J.P.; OLSON, J. C. Comportamento do consumidor e estratégia de Marketing . 8. ed. Porto Alegre: Amgh Editora, 2009.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Associativismo e Cooperativismo	III	33h20' EaD
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Conhecimentos introdutórios sobre a filosofia do cooperativismo, associativismo e sindicalismo. Constituição das Associações e Cooperativas, Assembleia Geral e funcionamento, Estatuto social, Ato cooperativo, evolução e Princípios do cooperativismo, os diversos Ramos do cooperativismo, Ingresso, exclusão, eliminação e demissão de associados, Capital Social, Quotas-parte. Políticas Públicas de incentivo ao associativismo e Legislação Cooperativista, Constituição Federal de 1988, Lei 5.764/71. Participação e educação do cooperado. Controle financeiro de empresas cooperativistas. Cooperativismo no Brasil e no mundo. Experiências bem-sucedidas de associações e cooperativas.		
Bibliografia Básica		
ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo : como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão das Cooperativas : uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2012. SIQUEIRA, P.C.A. Direito cooperativo brasileiro : comentários à Lei 5.764/71. São Paulo: dialética, 2004.		
Bibliografia Complementar		
BRAGA FILHO, E. O. Sustentabilidade e Cooperativismo : uma filosofia para o amanhã. São Paulo: Fórum, 2011. BULGARELLI, W. Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas . São Paulo: Juruá, 2013. CRUZIO, H. O. Como organizar e administrar uma cooperativa . São Paulo: FGV, 2002. LOURENÇO, M. L. Cooperativismo e subjetividade : um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá, 2008. NASCIMENTOS, C. V. Teoria Geral dos Atos Cooperativos . São Paulo: Malheiros, 2007.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Logística Empresarial	III	50h
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Conceitos de Logística Empresarial e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos; Transportes: conceitos, definições, premissas e problemática; Caracterização dos Modais de Transporte; Estoque e Armazenamento; Movimentação de cargas; Processamento de pedidos; Distribuição; Modelos MRP - <i>Materials Requirement Planning</i> e <i>Just-in-time</i> ; Arranjo físico organizacional e layout; Noções de Logística Reversa e canais reversos de distribuição; Noções sobre custos logísticos.		
Bibliografia Básica		
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter F.; FIGUEIREDO, Kleber Fossatti (Org.). Logística empresarial: a perspectiva brasileira . São Paulo: Atlas, 2014. NOVAES, Antônio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.		
Bibliografia Complementar		
LEITE, P.R. Logística reversa: Meio Ambiente e Competitividade . v. 3. São Paulo: Saraiva: 2003. MARTINS, P.G.; ALT, P.R.C. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. RIBEIRO, P.C.C.; FERREIRA, K.A. Logística e transportes: uma discussão sobre os modais de transporte e o panorama brasileiro. Anais... XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. v. 23. 2002. ROSA, R. A. Gestão logística . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012. SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Gestão de Projetos	III	50h
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Apresentação do Projeto; Processo de Administrar um Projeto; Project Management Institute (PMI) e Project Management Body of Knowledge (PMBOK): conceitos e áreas do conhecimento; Definição de objetivos de um projeto; Definição de cronograma e recursos humanos; Definição de orçamento; Avaliação dos riscos de um projeto; Viabilidade técnica e financeira de um projeto.		
Bibliografia Básica		
KERZNER, H. Gestão de Projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2006. MAXIMIANO, A.C.A. Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados, 2. ed. São Paulo: Altas, 2002. 281 p. MEREDITH, Jack R. Administração de projetos: uma abordagem gerencial. 4. Rio de Janeiro: LTC, 2003.		
Bibliografia Complementar		
BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. DORNELAS, J.; SPINELLI JR., S.; ADAMS JR., R.J. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século 21. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. TROTT, P. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. VALERIANO, Dalton L. Gerenciamento estratégico e administração por projetos. São Paulo: Prentice Hall, 2001. XAVIER, Carlos Magno da Silva. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Noções de Legislação Empresarial	III	33h20' EaD
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Noções de Direito Empresarial. Empresa, Empresário e estabelecimento. As mudanças introduzidas pelo Código Civil de 2002. Propriedade Industrial, Títulos de crédito. Registros empresariais. Concorrência. Sociedade limitada. Renovação compulsória das locações. Cláusula de não restabelecimento. Transformação de sociedades. Direito do Consumidor.		
Bibliografia Básica		
CAMPINHO, S. Direito de empresa à luz do novo Código Civil . Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002. MAMEDE. Direito Empresarial : Teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2014. TOKARS, F. Primeiros Estudos de Direito Empresarial . São Paulo: Editora LTr, 2007.		
Bibliografia Complementar		
BRASIL. Código de Proteção e Defesa do Consumidor . São Paulo: Saraiva, 2011. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2011. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial . 18. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARTINS, Fran. Curso de direito comercial . 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. NEGRÃO, Ricardo. Curso de Direito Comercial e de Empresa . v. 1. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Gestão Orçamentária e Financeira	III	50h
Porcentagem Teórica: 50%	Porcentagem Prática: 50%	
Ementa		
Educação financeira. Necessidade de capital de giro. Demonstração de fluxo de caixa. Estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade. Alavancagem operacional, financeira e mista. Decisões com base na margem de contribuição. Planejamento e controle orçamentário. Orçamento de vendas. Orçamento de Produção. Orçamento de despesas operacionais. Orçamento de investimentos. Orçamento de caixa. Controladoria e Auditoria.		
Bibliografia Básica		
ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira . São Paulo. Atlas, 2014. HOJI, M. Administração financeira e orçamentária . São Paulo. Atlas, 2014. SOUZA, A. B. Curso de administração financeira e orçamento: princípio e aplicações . São Paulo. Atlas, 2014.		
Bibliografia Complementar		
FREZATTI, F. Orçamento empresarial . São Paulo: Atlas, 2010. KAPLAN, R.S. & outros. Contabilidade Gerencial . São Paulo: Atlas 2015. MARION, J. C. Contabilidade empresarial . São Paulo: Atlas 2012. OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento estratégico . São Paulo: Atlas, 2010. WELSCH, Glenn A. Orçamento empresarial . São Paulo: Atlas, 2014.		

Disciplina	Módulo	Carga Horária
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	III	50h
Porcentagem Teórica: 80%	Porcentagem Prática: 20%	
Ementa		
Conceituação de Desenvolvimento Sustentável, Evolução da Problemática Ambiental; Conceitos de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Noções de Ecologia; Tipos de Poluição: Terrestre, Aquática e Atmosférica; Formas de controle da poluição; Matriz Energética e possibilidades de mitigação de impacto ambiental através de vetores energéticos; Noções sobre Gestão Ambiental Empresarial e a série de normas ISO 14001; Noções sobre Legislação Ambiental brasileira.		
Bibliografia Básica		
DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa . 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. ELKINGTON, J. Sustentabilidade : Canibais com garfo e faca. Edição Histórica de 12 anos. São Paulo: MBooks, 2012. JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa. Gestão ambiental nas organizações : fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013.		
Bibliografia Complementar		
BRUNDTLAND, G. H. Nosso futuro comum . Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. JACOBI, P. Meio Ambiente e Sustentabilidade . O município no século XXI: cenários e perspectivas. Ed. Especial. CEPAM: São Paulo, 1999. MILLER JR., G.T. Ciência Ambiental . 11. ed. [trad.] All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2013. MOZETO, A.A. Química Atmosférica: a química sobre nossas cabeças. Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola , edição especial, p. 41-49, 2001. ROBLES JÚNIOR, A.; BONELLI, V.V. Gestão da qualidade e do meio ambiente : enfoque econômico, financeiro e patrimonial. São Paulo: Atlas, 2010.		

12. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta Proposta Pedagógica serão adotadas estratégias diversificadas, que possibilitem a participação ativa dos docentes e discentes, a fim da construção das competências necessárias às atividades relacionadas ao exercício profissional futuro do Técnico em Administração. Tais estratégias envolvem: Aulas teóricas e práticas; estudos de casos; exposições dialogadas; palestras; visitas técnicas orientadas; planejamento e execução de projetos e pesquisas; além de outras medidas que integrem conhecimentos, habilidades e valores inerentes à ocupação e que focalizem o contexto do trabalho, estimulando o raciocínio para solução de problemas e a construção do conhecimento.

O Curso Técnico em Administração Subsequente do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, utiliza métodos ativos e interativos, centrados no discente, voltados para o seu desenvolvimento. Alguns princípios merecem destaque:

Interdisciplinaridade: a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re) criação do conhecimento.

Formação profissional para a cidadania: traduzida no compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual.

Estímulo à autonomia intelectual: entendida como autoria da própria fala e do próprio agir; é fundamental para a coerência da integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do discente é fundamental para que este construa sua autonomia intelectual e profissional.

Responsabilidade, compromisso e solidariedade social: materializada na compreensão da realidade social e no estímulo à solidariedade, deve ser o ponto integrador das ações de extensão vinculadas ao currículo.

Diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem: visualizada como a inserção do discente nos ambientes de trabalho através de visitas a empresas e também de práticas administrativas que pode ser iniciado pelo discente a partir do 1º módulo. Esta estratégia pedagógica é fundamental para a formação do profissional generalista, capaz de atuar em diferentes segmentos e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e a realidade socioeconômica, cultural e política.

O curso Técnico em Administração Subsequente busca sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novos métodos de desenvolvimento e aplicação da profissão.

Nesse sentido, apontamos que o curso é composto por aulas dialogadas, expositivas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, atividades teóricas e práticas em laboratórios, estudos de caso, seminários, dentre outros.

O Curso Técnico em Administração Subsequente, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Muzambinho, na modalidade presencial, com algumas unidades curriculares em EaD, utilizará materiais didático impressos como um dos principais meios de socialização do conhecimento e de orientação do processo de aprendizagem. A participação ativa dos discentes, a atuação forte do docente, o aproveitamento eficiente do tempo em sala de aula, a instigação constante da curiosidade e da consciência crítica serão norteadores da ação para que os discentes desenvolvam as habilidades, competências e valores inerentes à área de atuação, prosseguimento nos estudos e participação nos vestibulares, sem prejuízo da instigação para a formação propriamente humanística.

A realização de trabalhos e pesquisas por parte dos docentes junto aos discentes, com o apoio da equipe técnica do Campus, em empresas e instituições da região, busca incentivar e dar suporte ao aprendizado e aperfeiçoamento do conhecimento adquirido pelo aluno em sala de aula. Além disso, cabe aos projetos desenvolvidos, buscar a interdisciplinaridade, promovendo a integração das disciplinas, fornecendo ao educando uma visão sistêmica integrando os aspectos sustentáveis – econômicos, sociais, ambientais e étnicos - na essência das disciplinas.

A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, experimentos e atividades específicas em ambientes específicos, como laboratórios, empresas, instituições de ensino e assistência e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou extensão, visitas técnicas, simulações, monitoria, observações e outras.

Dentre as principais atividades previstas na prática profissional durante o processo de ensino e aprendizagem, constam:

Aula prática: Envolve atividades práticas em espaços alternativos, conforme programação feita pelo professor na tentativa de relacionar a teoria com a prática.

Visita técnica: visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado.

Atividade de extensão: atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, oficina, visita técnica, encontros, atividades em grupo envolvendo a comunidade, etc.) e, que desenvolva conteúdo trabalhado em sala de aula ou em ambiente alternativo de aprendizagem. Pode ser considerada como aula ou estágio.

Atividade de pesquisa científica: atividade complementar orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento.

Monitoria: O monitor é o estudante que, interessado em desenvolver-se, aproxima-se de uma disciplina ou área de conhecimento e, junto a ela, realiza tarefas ou trabalhos que contribuem com os estudantes dessa disciplina. A importância da monitoria nas disciplinas extrapola o caráter de obtenção de um certificado. O aluno monitor vivencia e reforça teorias e práticas do processo de ensino-aprendizagem durante o programa de monitoria. Esta experiência contribui para o aperfeiçoamento de sua formação. O monitor do Curso Técnico de Administração poderá ter contabilizado até 20% de sua carga horária de estágio obrigatório em monitoria.

Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências: Será permitido o aproveitamento de conhecimentos e experiências de estudantes que atuam em áreas correlatas ao curso como carga horária de estágio, sendo necessária a apresentação, por parte do estudante, de uma declaração da empresa constando período de atuação e atividades desenvolvidas. A documentação será analisada por uma banca composta pelo supervisor de estágio, orientador de estágio e coordenador de curso. O aproveitamento de conhecimentos e experiências não deverá ser superior a 20% da carga horária total de estágios.

12.1 Orientações sobre inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9394/96), art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com necessidades especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e

organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Cabem às instituições educacionais prover os recursos necessários ao desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional (BRASIL, 1996).

Para isto, o Campus Muzambinho conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), instituído pela Resolução 030/2012/CONSUP – órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é uma exigência assegurada pelas Leis Federais nº 6.494/1997, nº 9.394/1996, Decreto nº 87.497/1982, Lei nº 11.788/2008 e Orientação Normativa nº 7 de 30/10/2008, utilizado para complementar a formação acadêmica.

No estágio supervisionado o discente tem a oportunidade de desenvolver atividades práticas, nas quais será exigido um mínimo de conhecimentos técnicos prévios, os quais devem ser adquiridos durante sua formação. Estes conhecimentos serão utilizados como ponto de partida para a construção de um diálogo proveitoso entre o estagiário e o profissional de sua área de atuação. No desenvolvimento do estágio o discente tem a oportunidade de participar da vivência diária de profissionais de sua área de atuação e/ou das atividades que lhe permitirão consolidar sua formação.

O Estágio Curricular Supervisionado, com duração de 150 horas, será acompanhado pelo Setor de Integração Escola-Comunidade (SIEC), e orientado pelo coordenador de curso e professor orientador.

Os alunos poderão fazer o estágio a partir do término do primeiro Módulo, desde que estejam matriculados e frequentando regularmente as aulas. Serão periodicamente acompanhados de forma efetiva pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.

Em ambiente extraescolar, o estágio poderá ser realizado em empresas, ONGs, instituições públicas ou privadas, desde que desenvolvam atividades na linha de formação do estudante.

Cabe ressaltar que é de responsabilidade do estudante pesquisar e entrar em contato com instituições públicas ou privadas, cooperativas, onde possa realizar o estágio, auxiliado pela Seção de Estágios da Seção de Integração Escola Comunidade – SIEC.

A aprovação da realização do Estágio curricular estará condicionada ao cumprimento a Lei de Estágios, nº 11.788, de 25/09/2008, no seu artigo 10 item II, que considera o máximo de 06 (seis) horas diárias de atividades, dada especial atenção ao parágrafo seguinte, que estipula as condições para cumprimento de carga horária superior. Ainda de acordo com essa legislação, o estágio realizado nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, deverá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar no termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

O aluno poderá cumprir até 50% da carga horária prevista em estágio na própria instituição de ensino, sendo estes 50% através de atividades de pesquisa e extensão realizadas dentro instituição, com comprovação, ou ainda na forma de estágio.

O aluno que estiver vinculado a um programa de aprendizagem profissional, devidamente comprovado, poderá contabilizar até 100% da carga horária de estágio obrigatório prevista na empresa onde realiza o programa, de acordo com o estabelecido pela Portaria 723 do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, de 23 de abril de 2012, art. 12, parágrafo 1º:

“Art. 12. Os cursos de nível técnico serão reconhecidos como programas de aprendizagem profissional para efeito de cumprimento do art. 428 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando ofertados por instituições de ensino devidamente regularizadas perante o respectivo órgão competente do sistema de ensino e validados de acordo com os critérios previstos nesta Portaria. (Alterado pela portaria 634 de 09 de agosto de 2018)

§ 1º A critério das instituições de ensino federais ou dos órgãos competentes nos sistemas estaduais, as atividades práticas realizadas durante a vigência do contrato de aprendizagem poderão ser reconhecidas para efeitos de contagem da carga-horária de estágio obrigatório, desde que explicitada tal previsão no projeto pedagógico do curso e desde que os termos desta equivalência constem no Termo de Compromisso firmado entre o estagiário, a instituição de ensino e a parte concedente do estágio; ”

Apenas serão aceitos estágios que estiverem em acordo com as exigências do Projeto Pedagógico do Curso e com as Normativas de estágios do IFSULDEMINAS e, em atendimento, aos seguintes itens:

- A elaboração do Plano de Estágio deverá ser feita antes do início do estágio e deve ser encaminhada à empresa concedente, juntamente com o Termo de Compromisso.

- O Plano de Estágio deverá ser elaborado em ação conjunta, envolvendo o professor orientador, representante da empresa concedente e o aluno. Dessa forma, haverá maior compatibilidade entre as atividades a serem desenvolvidas no estágio, sua área de formação e aquelas previstas no Termo de Compromisso, atendendo o disposto na Lei 11.788/2008 Artigos 3º, item III, Art. 7º e Parágrafo Único, nº 7 de 30/2008 no seu Art. 5º e Normatização de estágio dos cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.

- O relatório de estágio deverá ser elaborado, descrevendo as atividades realizadas de acordo com o seu Plano de Estágio. Após, o relatório deverá ser entregue ao professor orientador que procederá a sua análise e correções necessárias, dando ciência ao estudante sobre a avaliação do mesmo.

Para avaliação do relatório de estágio o professor orientador do estágio deverá observar os seguintes critérios:

- a) Conteúdo, nível técnico, qualidade do trabalho e apresentação do relatório.
- b) Capacidade criativa e inovadora demonstrada no relatório e uso da linguagem técnica específica do curso.

O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem. Neste sentido, ser planejado, acompanhado e avaliado em conformidade com o currículo, conteúdo programático e calendário escolar, com o intuito de se constituir um instrumento de integração, de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural-científico e de relacionamento humano.

Conforme previsão na Normatização de estágio para Cursos Técnicos e Superiores do IFSULDEMINAS, os estudantes que exercem atividades profissionais

em áreas correlatas ao seu curso, na condição de empregados devidamente registrados, poderão realizar o estágio nas respectivas atividades como estagiário, desde que observem os requisitos legais para a realização do mesmo.

14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A função da avaliação é aperfeiçoar métodos, estratégias e materiais para o ensino, visando o aprimoramento do ensino-aprendizagem, possibilitando a comunicação contínua e permanente entre os sujeitos do processo educativo. A avaliação deve ter como principal função, por um lado, orientar o professor quanto ao aperfeiçoamento de seus métodos de ensino e, por outro lado, possibilitar a melhoria no desempenho do educando.

A sistemática de avaliação do curso Técnico em Administração Subsequente terá como base a Resolução CONSUP nº 073/2015 que dispõem sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio do IFSULDEMINAS. O sistema de avaliação a ser adotado em cada componente curricular ou atividade depende dos seus objetivos. Para avaliação dos discentes, os professores poderão utilizar métodos avaliativos diversificados como provas teóricas e práticas, relatórios de atividades, trabalhos e/ou apresentação de seminários e desenvolvimento de Projetos, arguições, dentre outros, respeitando a autonomia didática do professor.

No curso Técnico em Administração Subsequente, objetiva-se o uso de diferentes instrumentos e técnicas de avaliação, a fim de valorizar as diferentes habilidades.

Com base no Art. 34 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. 06/2012/CEB/CNE) a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos *qualitativos* sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação qualitativa de acordo com Demo (2005) pretende ultrapassar a avaliação quantitativa, sem dispensar a mesma. Entende que, no espaço educativo, os processos são mais relevantes que os produtos, não fazendo jus à realidade, se reduzida apenas às manifestações empiricamente mensuráveis. Alguns objetivos da avaliação qualitativa tão bem expostas por Demo (2005) as quais considera-se

como aporte e reflexão para o curso: i) a didática é reconstrutiva, no sentido específico de mobilizar o discente a ser o sujeito central do processo educativo; ii) o professor é capaz de manejar e produzir conhecimento, para poder organizar o mesmo processo no discente; iii) a avaliação do desempenho do discente privilegia o processo reconstrutivo próprio e não a aula, prova e cola; iv) os apoios didáticos que facilitam a atitude reconstrutiva estão presentes e são efetivados na própria escola ; v) a escola é atualizada em termos de conhecimento e atinge desempenho competente nos discentes e professores; vi) o saber pensar e aprender a aprender estão presentes na prática escolar dos estudantes.

A avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica. (LUCKESI, 1995, p. 28).

Neste contexto a avaliação da aprendizagem no curso Técnico em Administração Subsequente, deverá abordar três dimensões essenciais - diagnóstica, formativa e somativa - e será normatizada pelas normas acadêmicas dos Cursos Técnicos Subsequentes do IFSULDEMINAS.

14.1 Da Frequência

Segundo a Resolução CONSUP nº 073/2015, Normas Acadêmicas de Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio segue os critérios para verificação da frequência.

É obrigatória, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina.

O controle da frequência é de competência do docente, assegurando ao discente o conhecimento mensal de sua frequência. Como ação preventiva, o docente deverá comunicar formalmente ao Setor de Orientação Educacional (SOE) do campus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo.

Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo entregues diretamente no Setor de Orientação Educacional (SOE).

Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser

comunicada por ele, ou responsável, ao setor definido pelo campus até 2 (dois) dias após a data da aplicação. Formulário devidamente preenchido deverá ser apresentado ao mesmo setor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de seu retorno à Instituição. Neste caso, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia.

São considerados documentos para justificativa da ausência:

- I - Atestado Médico;
- II - Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus;
- III - Declaração de participação em evento acadêmico científico e cultural sem apresentação de trabalho e
- III - Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

O não comparecimento do discente a avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina.

Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta e o conteúdo não será registrado.

Mesmo que haja um número reduzido de discentes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

14.2 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

A Resolução CONSUP nº 73/2015, que aprovou as Normas Acadêmicas de Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio estabelece que:

O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros;

a) Nos planos de ensino deverá estar programada, no mínimo, uma avaliação bimestral, conforme os instrumentos referenciados no inciso I, sendo que cada avaliação não deverá ultrapassar a 50% do valor total do semestre.

b) O docente deverá publicar as notas das avaliações e revisar as avaliações em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação

c) Em caso de afastamento legal do docente, o prazo para a apresentação dos resultados das avaliações e da revisão da avaliação poderá ser prorrogado.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento. O docente poderá alterar o critério de avaliação desde que tenha parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica

Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através da Coordenação do Curso e do Setor de Orientação Educacional (SOE).

O docente deverá registrar as notas de todas as avaliações e as médias para cada disciplina.

Os docentes deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdo, notas, faltas e horas/aulas ministradas na Supervisão Pedagógica ou setor definido pelo Campus dentro do prazo previsto no Calendário Escolar. Para os casos nos quais são usados sistemas informatizados, a conclusão do preenchimento deverá seguir também o Calendário Escolar.

Os cursos da educação profissional técnica de nível médio subsequente adotarão o sistema de avaliação de rendimento escolar de acordo com os seguintes critérios:

I - Serão realizados em conformidade com os planos de ensino, contemplando os ementários, objetivos e conteúdos programáticos das disciplinas.

II - O resultado do módulo/período será expresso em notas graduadas de zero (0,0) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal.

III - As avaliações terão caráter qualitativo e quantitativo e deverão ser discriminadas no projeto pedagógico do curso.

Será atribuída nota zero (0,0) a avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo:

I. APROVADO, o discente que obtiver nota nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.

II. RECUPERAÇÃO O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta por cento) na disciplina terá direito à recuperação. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDr) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDr) for menor que a nota a disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III. Terá direito ao EXAME FINAL o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% e inferior a 60,0% e frequência igual ou superior a 75% na disciplina. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3.

O exame final é facultativo, não podendo atribuir nota 0,0 (zero) ao discente que não o realizou, mesmo tendo a oportunidade.

Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

IV. Estará REPROVADO o discente que obtiver nota da disciplina inferior a 60,0% (sessenta) ou Frequência inferior a 75% na disciplina.

Quadro 03: Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos SUBSEQUENTES do IFSULDEMINAS.

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$MD < 60,0\%$	RECUPERAÇÃO DISCIPLINA
$30,0\% \leq MDr < 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL
$MD < 30,0\%$ ou $RFD < 60,0\%$ ou $FD < 75\%$	REPROVADO

Legenda: **MD** – média da disciplina; **FD** – frequência total das disciplinas; **MDR** – média da disciplina recuperação; **RFD** – resultado final da disciplina.

O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na Coordenação de Curso ou SOE, num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

O discente deverá repetir a disciplina do módulo/período que foi reprovado.

A reprovação em número superior a 3 (três) disciplinas no semestre, acarretará retenção no módulo/período devendo cumpri-las primeiramente para continuar sua promoção.

Não sendo ofertadas as disciplinas de dependência, o discente poderá dar continuidade ao curso e cumprirá obrigatoriamente todas as dependências quando ofertadas. Caso o discente reprove em até 2 (duas) disciplinas poderá se houver compatibilidade de horário, matricular-se no módulo/período seguinte, acrescido dessas disciplinas.

Será admitida a dependência orientada para discentes reprovados, em até duas disciplinas, por nota e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), após análise do Colegiado do Curso.

Entende-se por dependência orientada a prática pedagógica acompanhada por um docente. No início do período letivo, o docente apresentará ao Coordenador de Curso um Plano de Trabalho.

O discente terá o dobro do tempo normal do curso contado a partir da data de ingresso no primeiro período como prazo máximo para conclusão do mesmo.

Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.

Haverá dois modelos de recuperação que o discente poderá participar:

I - Recuperação paralela – realizada todas as semanas durante o horário de atendimento aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

a. O docente ao verificar qualquer situação do discente que está prejudicando sua aprendizagem deverá comunicá-lo oficialmente sobre a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo.

b. A comunicação oficial também deverá ser realizada à Coordenadoria Geral de Ensino (CGE) / Setor de Orientação Educacional (SOE).

c. O docente deverá registrar a presença do discente comunicado oficialmente para participar do horário de atendimento ao discente.

d. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam à melhoria da aprendizagem do discente deverão registrar a presença do discente comunicado oficialmente.

II - Recuperação do módulo/período – recuperação avaliativa de teor qualitativo e quantitativo aplicada ao final do semestre quando o discente se enquadrar na situação apresentada na tabela 1.

O aproveitamento acadêmico nas atividades didáticas deverá refletir o acompanhamento contínuo do desempenho do discente, avaliado por meio de exercícios avaliativos, conforme as peculiaridades da disciplina. As avaliações deverão ser realizadas utilizando os instrumentos que contemplem trabalhos efetuados de forma coletiva ou individual. O conteúdo a ser avaliado deverá atender aos objetivos com vistas a atingir as competências e habilidades exigidas do educando em cada semestre.

A avaliação será diagnóstica e formativa, ocorrendo de forma processual e contínua, na qual o docente, munido de suas observações, terá um diagnóstico pontual da turma. O docente poderá utilizar diferentes formas e instrumentos de avaliação, que levem o discente ao hábito do estudo, da pesquisa, da reflexão, da criatividade e aplicação do conhecimento em situações variadas. Os resultados das avaliações deverão ser utilizados pelo professor como meio para a identificação dos avanços e dificuldades dos discentes, com vistas ao redimensionamento do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo ensino aprendizagem.

14.3 Do Conselho de Classe

A Resolução CONSUP nº 073/2015, Normas Acadêmicas de Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio estabelece que:

O Conselho de Classe Pedagógico de caráter consultivo e diagnóstico deverá ser previsto em calendário acadêmico com a presença de todos os docentes e coordenador de curso, bem como representantes discentes, supervisão pedagógica, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discuta evolução, aprendizagem, postura de cada discente e façam as deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo.

O Conselho de Classe Pedagógico deverá se reunir uma vez, depois de decorrido no mínimo 50% do semestre letivo. O Conselho de Classe Pedagógico

será presidido pelo Coordenador de Curso. O Conselho de Classe Final é deliberativo, sendo constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes da equipe multidisciplinar (pedagogo, psicólogo, assistente de aluno, assistente social) e Coordenador Geral de Ensino/Coordenador de Ensino ou representante indicado que deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção. Deverá ser feito ata que, sendo assinada por todos, será enviada para o Setor de Orientação Educacional (SOE).

Somente os docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o Coordenador do Curso terá o voto de Minerva.

14.4 Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

Conforme Resolução CONSUP nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, têm-se:

14.4.1 Terminalidade Específica

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

[...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos discentes com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, por meio dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009,

O direito de discentes obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Desta forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos discentes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução CNE/CEB nº 02/2001) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir deste procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício de funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas a sua autonomia e a sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

No curso Técnico em Administração Subsequente a terminalidade específica para discentes com necessidades especiais acontecerá de forma individualizada, através de avaliações pedagógicas que apresentem de forma descritivas as habilidades e competências do mesmo.

14.4.2. Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o docente deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do discente com necessidades educacionais especiais. O docente poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem englobar a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do discente. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

4. Adaptação de Materiais Utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

5. Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

Portanto no curso Técnico em Administração Subsequente a flexibilização curricular irá acontecer a partir da adaptação de objetivos, conteúdos, métodos de ensino e organização didática, materiais utilizados e temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, de forma individualizada para cada aluno, devendo constar no plano de ensino descrito para cada disciplina.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso será revisto e/ou alterado sempre que se

verificar, mediante avaliações sistemáticas, defasagens entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais.

As eventuais alterações curriculares serão implantadas sempre no início do desenvolvimento de cada turma ingressante e serão propostas pelo Colegiado do Curso, com acompanhamento do setor pedagógico, devendo ser aprovadas pelo Colegiado Acadêmico do Campus (CADEM), pela Câmara de Ensino (CAMEN), pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Superior (CONSUP).

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico ou nos regulamentos internos e externos do IFSULDEMINAS serão resolvidos pelo Colegiado do curso e/ou CADEM, com auxílio da Coordenação Pedagógica.

16. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente deve contemplar os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento e extracurriculares, não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

A Instrução Normativa PROEN IN Nº 04 de 06 de dezembro de 2018 dispõe sobre as Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e sobre o regulamento dos auxílios estudantis. Assim, a referida Instrução Normativa estabelece:

Art. 1º- A Política de Assistência Estudantil como conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que promovam, aos discentes, o acesso, a permanência e a conclusão, com êxito, dos cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS, regida pelos seguintes princípios:

- a) Oferta do ensino público, gratuito e de qualidade;
- b) Garantia da qualidade dos serviços prestados ao discente;
- c) Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais, esportivas e pedagógicas, visando à formação integral do discente;
- d) Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão nos cursos do IFSULDEMINAS, garantindo a equidade no atendimento aos discentes;
- e) Promoção da educação inclusiva, entendida como defesa da justiça social

e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação relacionadas às pessoas com deficiência, à classe social, ao gênero, à etnia/cor, à religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física/mental/intelectual;

f) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

g) Garantia do acesso à informação a respeito dos programas e projetos oferecidos pela Instituição;

Art. 2º - A gratuidade do ensino, compreendida como a proibição de cobrança de taxas e contribuições vinculadas à matrícula e primeira via de emissão de documentos de identificação escolar e comprobatórios de situação acadêmica para todos os níveis de ensino, bem como uniformes para cursos de nível técnico integrado e subsequente.

Art. 3º - A compra de apostilas e livros didático-pedagógicos pelo estudante, colocados à venda por empresas terceirizadas, como condição não obrigatória para acompanhamento das disciplinas e essa comercialização não pode causar prejuízos ao processo ensino-aprendizagem.

Art. 4º - A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, norteadas pelas seguintes diretrizes:

a) Primazia do atendimento dos serviços da assistência estudantil por equipamentos públicos institucionais;

b) Divulgação da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS: serviços oferecidos, planos, programas e projetos, bem como suas normas e regulamentos.

Art. 5º - A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos anteriormente, com os seguintes objetivos:

a) Promover a Assistência Estudantil por meio da implantação e implementação de programas que propiciem, aos discentes, acesso, permanência e êxito no processo educativo, apoio à inserção no mundo do trabalho e exercício da cidadania;

b) Proporcionar aos discentes com necessidades educacionais especiais, as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico e social, conforme

legislações vigentes;

- c) Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos discentes;
- d) Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando alternativas para a redução da reprovação e evasão escolar;
- e) Promover e ampliar a formação integral dos discentes, estimulando e desenvolvendo o protagonismo juvenil, a criatividade, a reflexão crítica, a ação política, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, científico e tecnológico;
- f) Divulgar amplamente os serviços, programas e projetos oferecidos pela Instituição e os critérios para os respectivos acessos, incentivando a participação da comunidade discente nos mesmos;
- g) Estabelecer e ampliar programas e projetos referentes à alimentação, saúde física e mental, serviço sociopsicopedagógico, orientação profissional, moradia e transporte.

Art. 6º- A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, composta pelos seguintes programas:

- a) Programa de Assistência à Saúde;
- b) Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais;
- c) Programa de Acompanhamento do Serviço Social;
- d) Programa Auxílio Estudantil;
- e) Auxílio Participação em Eventos – EVACT;
- f) Programa de Acompanhamento Psicológico;
- g) Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- h) Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura;
- i) Programa de Inclusão Digital;

Parágrafo Único: Os programas referidos poderão sofrer alterações em decorrência de ausência de recursos suficientes para sua manutenção e sua execução será definida em regulamentação posterior. A implantação dos Programas vinculados à Assistência Estudantil, no âmbito do IFSULDEMINAS, está relacionada ao trabalho interdisciplinar de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento, a saber: Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Nutrição, dentre outros, em conformidade com a realidade de cada campus.

16.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação terão direito a adaptação curricular, que deverá ser elaborada pelos docentes com assessoria/acompanhamento do NAPNE e formalizada no plano educacional individualizado conforme resolução do IFSULDEMINAS.

O Campus Muzambinho, com o assessoramento do NAPNE, assegurará às pessoas com deficiência as condições que possibilitem o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Para tanto, promoverá ações junto à comunidade acadêmica possibilitando:

Acessibilidade arquitetônica: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal: Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações: Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

17. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Além das tecnologias usuais, poderão ser utilizadas no processo de ensino e de aprendizagem, a critério do professor, ferramentas diversas como os blogs, os documentos colaborativos (Wiki ou Google Docs), os programas digitais de áudio (*podcasts*), os dispositivos móveis, os vídeos (YouTube), os conteúdos livres, autoinstrucionais e massivos em ambientes virtuais, tais como plataformas de cursos livres (*MOOCs*), os aplicativos, jogos, portfólios online e outros que possibilitem registro no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O Campus Muzambinho conta para isso com laboratórios de informática, lousas digitais, data shows e rede sem-fio. Os laboratórios estão disponíveis a todos os professores do curso que necessitem utilizar a tecnologia como fonte de pesquisa e estratégia de ensino.

Para que os docentes tenham competência no desenvolvimento das aulas semipresenciais, passarão por capacitações no Centro de Educação a Distância (CEAD) do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, bem como formações continuadas na prática docente e facilitadas pela Diretoria de Desenvolvimento Educacional. Para que os estudantes também possam desenvolver suas atividades semipresenciais, estes também passarão por capacitações, assim como farão uso desse ambiente físico para que possam interagir de forma on-line com os seus professores e tutores.

Estudantes que apresentarem necessidades educacionais específicas terão os recursos indicados pelo NAPNE para que tenham êxito em suas atividades semipresenciais.

18. ATIVIDADE EM EaD

A interação professor/aluno nas unidades curriculares a distância deste curso acontecerá no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA do IFSULDEMINAS, através da Plataforma Moodle (presencial.muz.ifsuldeminas.edu.br), com realização de atividades online tais como envios de tarefa, fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wikis, glossários, estudos de caso, portfólios, entre outros.

Os conteúdos, quando o componente curricular acontecer a distância, serão

disponibilizados também no AVA utilizando-se de recursos como livros digitais, sites externos, arquivos e páginas digitais, mídias audiovisuais que contemplem objetos de aprendizagem (vídeos, simuladores e outros), material complementar, textos de domínio público, material didático (apostila/livro) etc.

Poderá haver encontros síncronos com os estudantes em cada unidade curricular, de forma presencial, desde que comunicados com antecedência aos discentes, no qual os mesmos poderão interagir com seus colegas, professores e demais convidados.

As atividades de avaliação realizadas obrigatoriamente, com presença no Campus, nas unidades curriculares a distância, são denominadas Avaliações Presenciais. As atividades de avaliação realizadas com mediação pelo AVA e sem obrigatoriedade de presença no Campus, no horário previsto para os encontros, são denominadas Avaliações a Distância. Nos encontros presenciais poderão ser realizadas as avaliações das disciplinas por meio de provas objetivas e dissertativas, exposição de trabalhos, seminários, estudos de casos, apresentação de relatórios técnicos, realização de oficinas em laboratórios da área, dentre outros a critério do docente.

Conforme o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, as avaliações em cursos, ofertados na modalidade a distância, devem ser realizadas presencialmente, podem ser na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional e previstas nos projetos pedagógicos de curso. Ressalta-se que para a realização de atividade em ambientes profissionais é necessário prever o termo de cooperação técnica.

Para as unidades curriculares que serão ofertadas na modalidade EaD, o Campus conta com uma estrutura física e humana capaz de contemplar as necessidades dessa modalidade, a saber: docentes com expertise na modalidade EaD e que podem vir a atuar naquelas unidades curriculares que forem ofertadas a distância, secretaria acadêmica, coordenação de curso, apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e biblioteca.

Cada professor será tutor de suas próprias turmas, a partir da estrutura do Campus, no qual possui computador, conexão de alta velocidade à Internet, biblioteca virtual e física.

A tutoria a distância realizada pelos professores pode ocorrer por meio da docência compartilhada, na qual mais de um professor atua como tutor à distância de uma unidade curricular, acompanhando o desempenho discente ao longo das

atividades no ambiente virtual de aprendizagem. Todas as interações, dúvidas, atividades letivas serão publicadas e registradas no ambiente virtual de aprendizagem, sempre acompanhadas pelos respectivos professores (IFSC, 2018).

19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Em atendimento aos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Art.11 da Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999, e de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, em seu Art. 36, haverá aproveitamento de conteúdos curriculares nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, modalidade subsequente, dentro do mesmo nível para dispensa de disciplina, de acordo com o calendário acadêmico. Excepcionalmente, será dado ao estudante o direito de aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior, desde que seu conteúdo seja analisado pelo coordenador do curso e professores da área das disciplinas e aprovado pelo Colegiado de Curso. Poderá ser aproveitado no máximo 20% (vinte por cento) do total das disciplinas. O discente deverá frequentar as aulas até que a(s) dispensa(s), em caso de deferimento, seja/sejam registrada(s) no Sistema de Registros Acadêmicos.

20 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

20.1 Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo, com composição, competências e funcionamento previstas na Resolução do IFSULDEMINAS. São atribuições do Colegiado do Curso:

Ao Colegiado de Curso compete acompanhar e emitir pareceres sobre as proposições que envolvam matérias referentes à:

- I. Cursos técnicos e seus currículos: projetos pedagógicos, programas;
- II. Catálogo nacional de cursos técnicos;
- III. Integração de estudos em nível médio e técnico;
- IV. Questões pedagógicas, não contempladas pelas Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos;
- V. Execução da política educacional do instituto;

- VI. Monitoria de ensino;
- VII. Estágios;
- VIII. Distribuição das disciplinas dos cursos;
- IX. Análise de aproveitamento de estudos em casos de transferência;
- X. Consonância do plano de ensino com a ementa da disciplina.

Parágrafo Único - Compete ainda ao Colegiado de Curso:

- I. Opinar sobre as proposições que lhe forem distribuídas, sob o aspecto legal, estatutário e regimental;
- II. Redigir todas as proposições sobre as quais se tenha manifestado o plenário, sem modificar a essência das mesmas;
- III. Funcionar como órgão processante em processos de perda de mandato de membro deste Colegiado, emitindo parecer que concluirá pela procedência ou não das representações respectivas;
 - a. Caso o representante faltar em mais de duas reuniões consecutivas, sem justificativa, este será passível de perda de mandato.
- IV. Opinar sobre consultas, reclamações e representações dirigidas a este Colegiado, desde que versem sobre assuntos de competência do mesmo.
- V. Emitir parecer sobre a implantação e/ou extinção do curso.
- VI. Emitir parecer sobre alteração da matriz curricular.
- VII. Emitir parecer sobre os projetos pedagógicos do curso em coerência com o PDI e com orientação e/ou acompanhamento do pedagogo

O Colegiado do Curso será constituído de: um presidente; dois representantes titulares técnico-administrativos em educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes; dois representantes docentes eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes; e dois discentes representantes discentes titulares, eleito por seus pares, inclusive seus suplentes. O Coordenador do Curso ocupará o cargo de Presidente do Colegiado de Curso, com mandato de 2 (dois) anos, podendo participar de mais um mandato subsequente conforme as Normas Eleitorais estabelecidas pelo Colegiado do Curso. Os docentes e técnico-administrativos em educação terão o mandato de 2 (dois) anos. Estes serão eleitos por seus pares. A representação discente será eleita pelo segmento, que também elegerá os suplentes, com duração do mandato de 1 (um) ano.

O Colegiado do Curso reunir-se-á, de forma ordinárias, 01 (uma) vez por semestre, de acordo com as datas estabelecidas em calendário, anualmente aprovado; ocorrerão também reuniões extraordinárias, as convocadas pelo presidente, com indicação de motivo, ou a requerimento dos integrantes do

colegiado.

Na hipótese de convocação de reunião extraordinária a pedido dos integrantes do colegiado, caso o presidente não a convoque para instalar-se no prazo de 07 (sete) dias, esta deverá ser realizada imediatamente após este prazo, em horário a ser definido pelo grupo requisitante.

As decisões do Colegiado de Curso serão tomadas pela maioria simples dos presentes, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um).

20.1.1 Atuação do(a) Coordenador(a) no Colegiado do Curso

O coordenador do curso deve se responsabilizar pela gestão funcional do curso, possuindo relação harmônica e profissional com o corpo docente, bem como estar sempre acessível aos estudantes para esclarecimento de dúvidas e realização de procedimentos administrativos para o bom funcionamento do curso.

São atribuições do coordenador do curso Técnico em Administração Subsequente: realizar reuniões pedagógicas, elaborar horários de aulas, escalas de estágio e cronogramas de provas, fazer cumprir do calendário escolar, acompanhar o cumprimento dos planos de curso, incentivar metodologias de ensino que facilitem o processo de ensino aprendizagem, administrar dificuldades encontradas por professores e estudantes, acompanhar desempenho dos estudantes, avaliar às demandas referentes à estrutura física e recursos materiais necessários para o bom andamento do curso.

O coordenador do curso Técnico em Administração deve atuar como presidente do colegiado de curso, realizando os encaminhamentos necessários.

20.2 Corpo Docente

SERVIDORES DOCENTES	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Carlos Donizetti Reis	Ciências Contábeis	Especialista	Prefeitura Municipal
Darlei Donizetti Machado	Ciências Contábeis	Graduado	Prefeitura Municipal
Erasmio Aparecido Piccolo	Ciências Contábeis	Mestre	Dedicação Exclusiva
Eugênio José Gonçalves	Engenharia Agrônômica	Mestre	Dedicação Exclusiva

Evane da Silva	Administração	Doutor	Dedicação Exclusiva
Iara de Oliveira	Ciência da Computação	Mestre	Dedicação Exclusiva
Kleber Moreira Martins	Engenharia Civil	Especialista	Prof. Substituto
Laura Fátima Matias Carvalho	Licenciatura em Letras	Especialista	Prefeitura Municipal
Leonardo dos Santos Maria	Engenharia de Produção	Mestre	Prof. Substituto

20.2.1 Corpo Administrativo

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	CARGOS
Adriano Alves de Oliveira	com formação Nível Médio	Graduado	Técnico Administrativo
Aline Ribeiro	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Enfermagem
Altieres Paulo Ruela	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Andréia Mara Vieira	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Andréia Montalvão da S. Salomão	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Bárbara de Carvalho Garcia	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente de Aluno
Beatriz Aparecida da Silva Vieira	com formação Nível Superior	Especialização	Bibliotecário/Documentalista
Camilla Cláudia Pereira	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Carlos Alberto Noronha Palos	com formação Nível Superior	Especialização	Administrador
Carlos Eduardo Machado	com formação Nível Médio	2º Grau	Op. de Máquinas Agrícolas
Carlos Esaú dos Santos	com formação Nível Superior	Especialização	Técnico em Agropecuária
Carlos Guida Anderson	com formação Nível Superior	Especialização	Auxiliar de Biblioteca
Carolina Camargo Zani Marinho	com formação Nível Superior	Mestrado	Médico Veterinário
Caroline Cléa Pereira	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Caroline de Souza Almeida	com formação Nível Superior	Doutorado	Técnico de Laboratório/Área
Cássia Aparecida Gonçalves Magalhães	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Celso Salomão dos Reis	com formação Nível Superior	Especialização	Op. de Máquinas Agrícolas
Clarissa Benassi Gonçalves da Costa	com formação Nível Superior	Especialização	Bibliotecário/Documentalista

Cláudio Antônio Batista	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Cláudio Vieira da Silva	com formação Nível Superior	Graduação	Programador Visual
Cleciana Alves de Oliveira Rangel	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Clélia Mara Tardelli	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente Social
Cristiano Lemos Aquino	com formação Nível Superior	Especialização	Téc. em Assuntos Educacionais
Daniel Hananias Cabral de Oliveira	com formação Nível Superior	Graduação	Auxiliar em Administração
Danilo Anderson de Castro	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente de Aluno
Dorival Alves Neto	com formação Nível Superior	Mestrado	Administrador
Elba Sharon Dias	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente de Aluno
Elton Douglas Bueno Silva	com formação Nível Superior	Graduado	Auxiliar de Biblioteca
Fábio de Oliveira Almeida	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Fernando Antônio Magalhães	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Fernando Célio Dias	com formação Nível Médio	Graduado	Técnico em Audiovisual
Gabriel Moraes Silveira	com formação Nível Médio	Técnico	Técnico de Tecnologia da Informação
Generci Dias Lopes	com formação Nível Superior	Mestrado	Auxiliar de Agropecuária
Gentil Luiz Miguel Filho	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Geraldo Russo Filho	Tecnologia da Informação	Especialização	Analista de Tec. da Informação
Giovanna Maria Abrantes Carvas	com formação Nível Superior	Mestrado	Pedagogo
Gissélida do Prado Siqueira	com formação Nível Superior	Especialização	Analista de Tec. da Informação
Grasiane Cristina da Silva	com formação Nível Superior	Mestrado	Psicólogo-área
Gregório Barroso de Oliveira Prósperi	com formação Nível Superior	Especialização	Arquiteto e Urbanista
Greimar Alves de Jesus	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico em Agropecuária
Gustavo Joaquim da Silva Júnior	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Iandara Matos Gonçalves Trevisan	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente Social
Iraci Moreira da Silva	com formação Nível Superior	Graduado	Copeiro
Isabela Cristina Passos	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente de Laboratório
Ivaldir Donizetti das Chagas	com formação Nível Superior	Especialização	Auxiliar de Agropecuária
Izabel Aparecida dos Santos	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente em Administração

Jalile Fátima da Silva	com formação Nível Médio	Graduado	Assistente em Administração
João dos Reis Santos	com formação Nível Médio	2º Grau	Oper. Est. Tratam. Água/Esg.
João Paulo Marques	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
José Antônio Ramos da Silva	com formação Nível Superior	Mestrado	Téc. em Assuntos Educaçãoais
José Eduardo Guida	com formação Nível Superior	Especialização	Motorista
José Maria dos Santos	com formação Nível Superior	Especialização	Vigilante
José Odair da Trindade	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente em Administração
Jucelei Augusto Pereira	com formação Nível Médio	2º Grau	Assistente de Aluno
Juliana Lima de Rezende	com formação Nível Superior	Especialização	Contador
Juliano Francisco Rangel	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico em Agropecuária
Juliano Gustavo Vieira Strabeli	com formação Nível Superior	Graduado	Tradutor Interprete de Linguagens Sinais
Karen Kelly Marcon	com formação Nível Superior	Especialização	Técnico em Contabilidade
Laura Rodrigues Paim Pamplona	com formação Nível Superior	Especialização	Téc. em Assuntos Educaçãoais
Lucas Deleon Ramirio	com formação Nível Superior	Mestrado	Téc. em Segurança do Trabalho
Lucas Granato Neto	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Lucienne da Silva Granato	com formação Nível Superior	Especialização	Analista de Tec. da Informação
Luiz Fernando de Oliveira	com formação Nível Superior	Mestrado	Assistente em Administração
Luiz Ricardo de Podestá	com formação Nível Superior	Graduado	Arquiteto e Urbanista
Marcelo Antônio Moraes	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Marcelo Lopes Pereira	com formação Nível Superior	Mestrado	Enfermeiro
Marcelo Rodrigo de Castro	com formação Nível Superior	Mestrado	Tecnólogo – Formação
Márcio Messias Pires	com formação Nível Superior	Graduação	Assistente em Administração
Márcio Pioli	com formação Nível Superior	Doutorado	Bombeiro Hidráulico
Maurílio Vieira da Rocha	com formação Nível Superior	Mestrado	Téc. Em Alimentos e Laticínios
Mauro Barbieri	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Mauro Chamme Filho	com formação Nível Superior	Graduado	Op. de Máquinas Agrícolas
Michele Placedino Andrade Botelho	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Laboratório-Área
Mirian Araújo Gonçalves	com formação Nível Superior	Graduado	Assistente em Administração

Orivaldo Mariano de Souza	com formação Nível Médio	2º grau	Cozinheiro
Osmar de Souza Magalhães	com formação Nível Superior	Especialização	Téc. Tecnologia da Informação
Pedro Lúcio dos Reis Riboli	com formação Nível Superior	Graduação	Contra Mestre/ Ofício
Pedro Sérgio Amore	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico em Agropecuária
Poliana Coste e Colpa	com formação Nível Superior	Graduado	Técnico de Laboratório/Área
Priscila Faria Rosa Lopes	com formação Nível Superior	Mestrado	Médico Veterinário
Rafael Lucas Goulart Vasconcelos	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Renata Cristina da Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente de Aluno
Renato Marcos Sandi Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Auxiliar de Agropecuária
Roberto Cássio da Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Motorista
Rogério Eduardo Del Valle Silva	com formação Nível Superior	Graduado	Téc. Tecnologia da Informação
Rogério Rondineli Nóbrega	com formação Nível Superior	Doutorado	Médico Veterinário
Rogério William Fernandes Barroso	com formação Nível Superior	Mestrado	Analista de Tec. da Informação
Rosana Maciel Carvalho Benassi	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Rubens Marcelo de Castro	com formação Nível Superior	Mestrado	Técnico em Agropecuária
Sandro Soares da Penha	com formação Nível Superior	Especialização	Assistente em Administração
Sebastião Marcos Vilela	com formação Nível Superior	Mestrado	Auxiliar de Agropecuária
Tânia Gonçalves Bueno da Silva	com formação Nível Superior	Graduação	Assistente de Aluno
Tathiana Damito Baldini Pallos	com formação Nível Superior	Mestrado	Nutricionista/habilitação
Tatiana de Carvalho Duarte	com formação Nível Superior	Mestrado	Jornalista
Tulio Marcus Trevisan Borges	com formação Nível Superior	Especialização	Psicólogo
Vânia Cristina Silva	com formação Nível Superior	Especialização	Pedagogo
Zélia Dias de Souza	com formação Nível Superior	Especialização	Contador
Zenilda Martins Labanca	com formação Nível Superior	Especialização	Auxiliar de Cozinha

21. INFRAESTRUTURA

21.1 Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A Biblioteca "Monteiro Lobato", fundada em 01 de março de 1953, atualmente conta com uma área de 713,33 m², situa-se no Bairro Morro Preto, Muzambinho/MG e pertence ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho.

É constituída de um amplo Acervo com aproximadamente 23.000 obras, sala para estudo individual; sala de estudos em grupo; videoteca e mapoteca; sala de leitura; gibiteca; núcleo de conectividade com acesso à internet; biblioteca virtual com links e sites contendo periódicos, textos completos e informações de utilidade pública; biblioteca digital que tem o objetivo de disponibilizar e difundir, de forma online, os Trabalhos de Conclusão de Curso e toda a produção científica de seus alunos e conta ainda, com terminais para consulta on-line do Acervo.

Na sua função de centro dinâmico de recursos para a aprendizagem, centro de informação, lazer e incentivo à leitura, proporciona à comunidade escolar um espaço alternativo à sala de aula, de convivência, participação e criatividade. Também auxilia nas pesquisas e trabalhos científicos.

A Biblioteca, buscando melhoria na qualidade do atendimento aos seus usuários, amplia constantemente seu acervo de livre acesso, constituído de livros, teses, dissertações, periódicos, obras de referência, CD, DVD, fitas de vídeo, mapas 116 e outros materiais audiovisuais e proporciona aos alunos, professores e funcionários, os serviços próprios às suas atividades, incluindo empréstimo e consulta local.

A Biblioteca "Monteiro Lobato" coloca-se à disposição de toda a comunidade para consulta e pesquisa em seu acervo. O empréstimo de livros é realizado por via eletrônica e todo o acervo cadastrado pode ser consultado via web, na homepage do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, no link da Biblioteca – Consulta de livros.

A consulta ao acervo é feita por meio de 2 terminais específicos para busca on-line e todas as obras seguem o sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). Para catalogação utiliza-se a tabela AACR2. Concomitantemente ao acervo, estão disponíveis para consulta 21 periódicos assinados pelo Instituto e 20 doados periodicamente. 11 dos periódicos assinados são de cunho científico.

A Biblioteca possui sala de Informática com uma área total de 19,10 m² com 10 computadores com acesso à Internet, à disposição dos usuários. Conta também com uma Videoteca com área de 5,40 m² e acervo de 486 fitas de VHS, 315 DVD's, 441 CD's para uso dos professores e servidores como opção didática. Possui ainda sala de Processamento Técnico com área de 13 m² reservada para o tratamento do material bibliográfico. Este ambiente conta com 2 microcomputadores e 1 impressora monocromática. Sala de Estudo Individual com área de 50 m² e móveis com 48 repartições individuais para atender a mesma quantidade de alunos simultaneamente. Sala de Estudos em Grupo com área de 114,60 m² e total de 64 lugares. A biblioteca possui, também, acesso à rede wireless.

21.2 Laboratórios

O Campus Muzambinho conta com uma área total de 263,01 ha sendo 183ha em Muzambinho e 80,01ha na Fazenda Experimental em Guaxupé, sendo a área pavimentada superior a 18.798m², destinadas prioritariamente a apoiar o desenvolvimento educacional, de pesquisa e extensão, integrando o processo pedagógico e a formação da cidadania.

Conta ainda com laboratórios e Unidades Educacionais de Produção voltados para a parte zootécnica, agrícola e agroindustrial. Quanto a laboratórios podem-se destacar alguns como: Laboratório de Biologia Celular; Laboratório de Morfologia Vegetal, Laboratório de Zoologia, Laboratório Didático de Bioquímica e Bromatologia, Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório de Produção Vegetal, Laboratório de Análise do Solo, Laboratório de Bromatologia e Água, Laboratório de Biotecnologia, Laboratório de Informática (1, 2, 3, 4), Setor Agroindustrial.

22. CERTIFICADOS

O IFSULDEMINAS expedirá diploma de Técnico de Nível Médio aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado, de acordo com a legislação em vigor. A Diplomação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, modalidade Subsequente, efetivar-se-á somente após o cumprimento, com aprovação em todos os componentes da matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso. A certificação técnica no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme orientações descritas na Resolução 009/2019.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico ou nos regulamentos internos e externos do IFSULDEMINAS serão resolvidos pelo Colegiado do curso e/ou CADEM, com auxílio da Coordenação Pedagógica.

24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Edição 2017.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 jul. 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.037/2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer 67/2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Parecer n.º 11 de 12/06/2008. Institui o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº. 39, de 08 de dez. 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº. 06, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 8, de 06 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Constituição Federal, 1998, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 6.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. Definem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2005. Define sobre a Disciplina de Libras.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Definem sobre Políticas de Educação Ambiental.

BRASIL. Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Resolução Nº 3, de 24 de outubro de 2010. Define Titulação do corpo docente.

BRASIL. Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.503/97. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

Clavatta, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v.23, n.1, p.187-205, 2014.

CONAES. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2010. Define Núcleo Docente Estruturante.

FJP. **Fundação João Pinheiro**. Governo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

Freire, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Frigotto, G. (Org). **Educação e Crise do Trabalho**. 12ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Frigotto, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Gadotti, M. **Histórias das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtiva**. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2019.

IFSC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Campus Caçador. **Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Logística**. Caçador: IFSC, 2018.

IFSULDEMINAS. **Instrução Normativa PROEN**, de 24 de abril de 2019.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP Nº 64/2016**, de 14 de setembro de 2016.

IFSULDEMINAS. **Resolução Nº 028/2013**, de 17 de setembro de 2013.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUENZER, AZ. **Ensino médio e profissional**. São Paulo: Cortez, 1997.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

